

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS-CESP
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JULIANNE LOBATO DA SILVA

**RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ, DO
LAGO DO ZÉ AÇÚ-PARINTINS/AM**

**PARINTINS-AM
2019**

JULIANNE LOBATO DA SILVA

**RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ, DO
LAGO DO ZÉ AÇÚ-PARINTINS/AM**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Graduação no curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade do estado do Amazonas-Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), Parintins-AM.

Orientadora: Professora Doutora Charlene Muniz.

**PARINTINS-AM
2019**

SILVA, Julianne Lobato da. **Relação ambiente e sociedade no ensino de geografia: análise da percepção ambiental dos alunos da Escola Municipal São José, do lago do Zé Açú-Parintins/AM.** Charlene Muniz, Orientadora. Parintins, 2019. 68 folhas. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado do Amazonas-CESP, Parintins-AM, 2019.

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, minha família, orientadora e principalmente ao meu esposo e filho por terem me dado todo o apoio necessário para que eu chegasse aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me ajudar a passar por todas as dificuldades durante este curso.

Aos meus pais Rosa e Ordey e irmã Suellen, que sempre me apoiaram nos momentos difíceis e que principalmente durante este percurso se desdobraram em mil para cuidar do meu filho enquanto eu cumpria minhas atividades acadêmicas, não existem palavras suficientes para agradecer e exaltar vocês.

Ao meu esposo por toda compreensão e apoio, por ser não apenas meu parceiro de vida, mas também de estudos, por sempre me incentivar e por acreditar em mim quando eu mesma não acredito, te amo Brenno.

Ao meu amado filho Eduardo por ser uma criança abençoada, por na maioria das vezes entender a minha ausência e compreender a nossa rotina apertada, por me inspirar a ser uma pessoa melhor e por me orgulhar tanto, você é um filho maravilhoso, hoje e sempre, te amo mil milhões.

Agradeço à minha orientadora Charlene Muniz pelas orientações e apoio e também por proporcionar a experiência valiosa de fazer parte do Programa de Iniciação Científica – PAIC.

Agradeço também aos professores João Bosco Brasil, José Camilo Ramos e Carmen Lourdes dos Santos pela oportunidade de fazer parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID que aliado à contribuição do excelente Professor Dilson Gomes da escola Brandão de Amorim nos conduziu para uma excelente introdução a prática da vida docente. Agradeço também aos meus queridos professores João D’ánúzio Menezes e Vigílio do Nascimento.

Aos amigos que a UEA me proporcionou, em especial o Vinícius Marinho, que na maioria das vezes foi imprescindível para nossos bons resultados no curso, e também na nossa família, pois foi o que você se tornou, exerceu funções de irmão mais velho, amigo e faz-tudo e muitas vezes nos encheu de orgulho, obrigada por tudo filho chato.

Agradeço aos meus parceiros de muitas atividades, Elciane e Salomão, que sempre estiveram dispostos a me ajudar e sempre terão um lugar especial no meu coração.

Também agradeço aos meus queridos colegas de curso pelos momentos de descontração e boas risadas e por nos mantermos unidos até o fim, em especial ao Alberto, Bryan, Emelly, Erick

Andrade, Erick Marques, Francivaldo, Jucicléia, Jully Maria, Liêne, Lorena, Luciano, Patrick, Salomão, Sayuri, Simone e Wilhame.

As minhas amigas de IFAM que compõem o nosso quarteto fantástico, Iradene e Vivi por termos continuado juntas nessa vida universitária e por muitas vezes terem me tirado de casa para os melhores rolês, adoro vocês. A turma do Wake por também nos proporcionarem momentos de diversão em meio a nossas rotinas.

A minha família que sempre torceu por mim, meus queridos tios Maneco e Lobato, primos e primas, e em especial a minha querida tia Alciede, que não mede esforços para nos ajudar e por todas as instruções com a minha inexperiência com a maternidade. A minha maravilhosa tia Fátima por nunca recusar um pedido de ajuda e por preparar os melhores hot-dogs para os alunos da minha pesquisa e a tia Ney por todo carinho e auxílio quando precisei.

Aos meus sogros Domingos e Nadir por terem me recebido tão bem em sua família e por amarem incondicionalmente o Dudu. Aos meus cunhados, principalmente Dil, Andro, Carmen, Beto e Andrey por serem pessoas maravilhosas e por amarem o meu filho e cuidarem dele com tanto carinho e ao Adílio que sempre nos socorreu e nos proporcionou muitas gargalhadas neste percurso.

A todos aqueles que ansiaram por este momento e que torceram por mim, obrigada.

RESUMO

O objetivo deste escrito é a “Relação ambiente e sociedade no ensino de geografia: análise da percepção ambiental dos alunos da escola Municipal São José, do lago do Zé Açú-Parintins/AM”, na busca de constatar se o lixo doméstico tem destino certo e quais os cuidados tomados pelos comunitários diante a questão; identificando a importância da pesca e da agricultura na comunidade e observar como o ensino de geografia vem sendo desenvolvido a partir de uma concepção ambiental de formação cidadã. As comunidades amazônicas vêm se reconfigurando, o viver ribeirinho/rural e urbano se entrelaça, na pujante geograficidade no meio da floresta amazônica. Fundamenta-se este escrito nos estudos de Dias (2004) e Loureiro (2006) quanto a Educação Ambiental; Brandão (1998) e Paulo Freire (1996) diante a formação cidadã. O ensino de geografia nos estudos de Cavalcante (2002) e Lopes (2008); Silva (2004) analisa a educação amazônica no seu processo histórico colonial. Resíduos sólidos, nas reflexões de Brasil (2010) e Santos (2002), no preambulo legal, constituídos na Lei 12.305 (PNRS) e Silva (2015), abordando as transformações e permanências nos modos de produção social das comunidades rurais e ribeirinhas no município de Parintins. A pesquisa foi de cunho qualitativo Bogdan e Biklen (1994), tendo como técnica de pesquisa, a pesquisa de campo, observação participante, aplicação de questionários e entrevistas abertas. Abordagem dialética, pelas transformações naturais de tempo espaço. O universo da pesquisa abrange 43 discentes da escola Municipal São José na Comunidade Boa Esperança. A Escola ainda precisa desenvolver práticas que de fato, concretizem uma consciência não apenas dos seus sujeitos, mas de mundo; constatou-se que a comunidade não possui descarte correto para resíduos sólidos, o que leva a pequenos focos de lixeiras viciadas, em sua maioria o descarte é feito por uma ação proibida por lei, a queima, mas como essa é uma pratica regular e realizada há muitos anos, dificilmente se consegue coibir tal prática; em relação à importância da pesca e a agricultura, constatou-se que a agricultura tem uma relevância maior entre os entrevistados, visto que é o meio principal de economia da comunidade Boa Esperança, sendo que o destaque produtivo fica por conta da banana, e da fabricação da farinha, a pesca é comumente utilizada para consumo familiar, a pesca com intuito econômico, é feita longe da comunidade, posto que diante a pesquisa de campo, se percebeu que muitos reclamam da escassez do peixe. Diante das reflexões o ensino de geografia, aliado a educação ambiental é de suma importância para a tomada de consciência e sensibilidade, na formação cidadã.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Impactos ambientais. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

The purpose of this writing is to “Relationship environment and society in geography teaching: analysis of the environmental perception of the students of São José Municipal School, of the lake of Zé Açú-Parintins / AM”. Seeking to determine if household waste is disposed of properly and what is the care taken by the community regarding the issue; identifying the importance of fishing and agriculture in the community and observe how the teaching of geography has been developed from an environmental conception of citizen formation. Amazonian communities have been reconfiguring, riverside/rural and urban living intertwined, in the thriving geography in the middle of the Amazon rainforest. This writing is based on the studies by Dias (2004) and Loureiro (2006) regarding Environmental Education; Brandão (1998) and Paulo Freire (1996) in the face of citizen formation. The teaching of geography in the studies of Cavalcante (2002) and Lopes (2008); Silva (2004) analyzes Amazonian education in its colonial historical process. Solid waste, in Brazil's reflections (2010) and Santos (2002), in the legal preamble, constituted by Law 12.305 (PNRS) and Silva (2015), addressing the transformations and permanences in the modes of social production of rural and riverside communities in the municipality of Parintins. The research was of a qualitative nature Bogdan and Biklen (1994), having as research technique the field research, participant observation, application of questionnaires and open interviews. Dialectical approach, by the natural transformations of space time. The research universe includes 43 students from the São José Municipal School in the Boa Esperança Community. The School still needs to develop practices that actually realize a consciousness not only of its subjects, but of the world; found that the community does not have proper disposal of solid waste, which leads to small outbreaks of junkies, most of the disposal is done by an action prohibited by law, burning, but since this has been a regular practice and performed for many years, such a practice can hardly be curbed; regarding the importance of fishing and agriculture, it was found that agriculture has a higher relevance among respondents, since it is the primary means of economy of the Good Hope community, and the productive highlight is the banana, and the flour manufacturing, fishing is commonly used for family consumption, fishing for economic purposes is done far from the community, Since in the face of field research, it was realized that many complain about the scarcity of fish. Given the reflections the teaching of geography, Allied to environmental education is of paramount importance for the awareness and sensibility in the citizen formation.

Key words: Environmental education. Environmental impacts. Geography teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 ÁREA DE ESTUDO: COMUNIDADE BOA ESPERANÇA DO ZÉ AÇÚ.....	12
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
4 POR UMA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NA AMAZONIA, POR TRAS DA HISTÓRIA	17
5 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ.....	22
6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALÉM DO DETERMINISMO NATURAL	30
7 O ENSINO DE GEOGRAFIA MEDIADO PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	34
8 PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MEDIADA PELO ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DA COLÔNIA BOA ESPERANÇA DO ZÉ AÇÚ NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM: ANÁLISE DE DADOS	39
8.1 COMPREENSÕES DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA COMUNIDADE NA VISÃO DOS DISCENTES.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A	67
ANEXO B.....	68

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade propor uma discussão sobre a Educação Ambiental aliada a formação cidadã por meio do Ensino de Geografia na comunidade Boa Esperança do Zé Açú de Parintins, no Amazonas, tendo em vista as novas relações sociais das comunidades Amazônicas, aonde a então vida comunitária e ribeirinha, vai se adaptando aos modos de vida e consumo das cidades, e com isso problemáticas como degradação do meio ambiente, lixo, modos de produção e a educação para formação cidadã dos sujeitos comunitários, engendram novas didáticas e um novo olhar diante o espaço geográfico.

O objetivo deste escrito é a “Relação ambiente e sociedade no ensino de geografia: análise da percepção ambiental dos alunos da escola Municipal São José, do lago do Zé Açú-Parintins/AM”, tendo como objetivos específicos, “constatar se o lixo doméstico tem destinação certa e quais os cuidados tomados pelos comunitários diante a questão; identificar a importância da pesca e da agricultura na comunidade; observar como o ensino de geografia vem sendo desenvolvido a partir de uma concepção ambiental de formação cidadã”, e diante as observações compreender suas relações com o meio ambiente entre sujeitos comunitários e a comunidade Boa Esperança.

A pesquisa surge diante a questão problema, “O ensino de Geografia na comunidade Boa Esperança do Zé Açú, está difundido a educação ambiental em seu sentido mais amplo, desenvolvendo ações de proteção do meio ambiente e a formação cidadã de seus comunitários, impactando diretamente no uso do meio ambiente como recurso financeiro e de subsistência?”.

A Educação Ambiental (E.A) vem se tornando uma das vertentes mais importantes na formação de sujeitos conscientes e cidadãos, sendo na atualidade, meio de conscientização de problemas ambientais que afetam não apenas o local, mas o global, neste sentido é preciso repensar, como está sendo difundida a socialização dos conhecimentos em relação a esta temática, não apenas na teoria, mas no seu caráter prático. O ensino de Geografia tem papel fundamental para formação de um novo olhar sobre o espaço, buscando a reflexão de meios e possibilidades para o uso consciente do meio ambiente, e diante esta preocupação, é preciso rever as relações sujeito/meio e como suas ações afetam diretamente a qualidade de vida e os impactos que o uso desenfreado, dos recursos naturais podem acarretar a médio e longo prazo.

As sociedades extremamente urbanas enfrentam diversas problemáticas ambientais, e neste sentido este trabalho se volta para outro lado da questão, em busca de refletir na realidade de uma comunidade rural, os impactos ambientais que esta comunidade possa estar enfrentando, e como o Ensino de Geografia pode colaborar para a tomada de novas ações e conscientização de seus sujeitos, e neste trabalho o foco é a Comunidade Boa Esperança do Zé Açú, do município de Parintins-AM.

A presente análise justifica-se, pois as comunidades rurais não diferem das problemáticas de medias e grandes cidades, é preciso pensar sobre o descarte do lixo doméstico, poluição dos rios, que conseqüentemente atinge não apenas o consumo de água potável, mas relaciona-se a subsistência do sujeito amazônico, pois é dos rios que é retirado o peixe para alimentação e a água para as plantações, atingindo desse modo o cultivo agrícola, e concernente a isto, ainda pensar sobre o descarte biológico humano, um caso de saúde pública, realidade de todas as sociedades atuais.

É preciso pensar as sociedades rurais, não mais como isoladas, a globalização e novas tecnologias, encurtaram distancias, a vida urbana está presente na realidade das mais distantes comunidades rurais e o mesmo se pode pensar sobre os problemas ambientais, afinal é a presença do ser humano e suas ações no espaço que o modificam, contraditório que o mesmo que degrada o meio ambiente consciente ou inconscientemente, depende do ambiente para manter-se vivo.

Para compreender a realidade social vivenciada na comunidade Boa Esperança do Zé Açú, partiu-se das seguintes questões norteadoras: a) O ensino de Geografia na escola da comunidade Boa Esperança do Zé Açú, está socializando uma educação ambiental em sentido mais amplo?; b) A agricultura e pesca dos comunitários levam em consideração práticas educativas de uso dos recursos naturais e proteção ao meio ambiente?; c) Qual o destino dos resíduos sólidos na comunidade Boa Esperança do Zé Açú?; Estas questões nos deram direcionamento para compreender como o ensino de geografia aliado a educação ambiental pode surtir efeito em uma tomada de conscientização na formação de cidadãos críticos e reflexivos de sua realidade e do uso do meio ambiente conscientemente.

O arcabouço teórico para este escrito se fundamenta nos escritos de Dias (2004) e Loureiro (2006), na abordagem da educação ambiental; formação cidadã nas reflexões de Brandão (1998) e Paulo Freire (1996). As ponderações sobre o ensino de geografia nos estudos de Cavalcante (2002) e Lopes (2008); os escritos de Silva (2004) corroboram no entendimento da

educação amazônica no seu processo histórico colonial. Para abordar a temática dos resíduos sólidos, este trabalho se apoiou nas reflexões de Brasil (2010), no preâmbulo legal, constituídos na Lei 12.305 promulgada em 02 de agosto de 2010, constituindo-se nas Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos (PNRS) e nos estudos de Santos (2002) e Silva (2015), abordando as transformações e permanências nos modos de produção social das comunidades rurais e ribeirinhas no município de Parintins.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante, aplicação de questionários para alunos do ensino fundamental de 6º a 9º do ensino fundamental, tendo como universo da pesquisa um quantitativo de 43 discentes da escola São José, localizada na comunidade Boa Esperança, e para tal foi de grande relevância a pesquisa de campo, onde estar mais próximo dos comunitários, discentes, docentes e da comunidade, nos possibilita a tecer um olhar mais proximal da realidade, não apenas contada, mas percebida e sentida.

Este trabalho possibilitou compreender a importância do ensino de geografia na formação cidadã, utilizando-se da Educação Ambiental como recurso de reflexão, visto que o meio ambiente é o espaço de relações e transformações naturais e antrópicas, o que acaba por acarretar até mesmo em lugares mais distantes das urbes, sérios problemas para o viver dos sujeitos, como o descarte dos resíduos sólidos e biológico, que em grande parte das comunidades na Amazônia, assim como na Comunidade de estudo, acaba por ser queimado ou depositado diretamente no meio ambiente sem controle, os quais paulatinamente vão se transformando em problemáticas maiores.

Os novos tempos e sua dinâmica vêm transformando o viver dos comunitários, seu consumo passa a ser cada vez mais cidadão, desde produtos básicos ao alimento, e o acesso à informação, a televisão, resulta nos anseios de outro futuro para os jovens comunitários, não mais aquele da agricultura ou pesca, algo natural, para os jovens no mundo da informação.

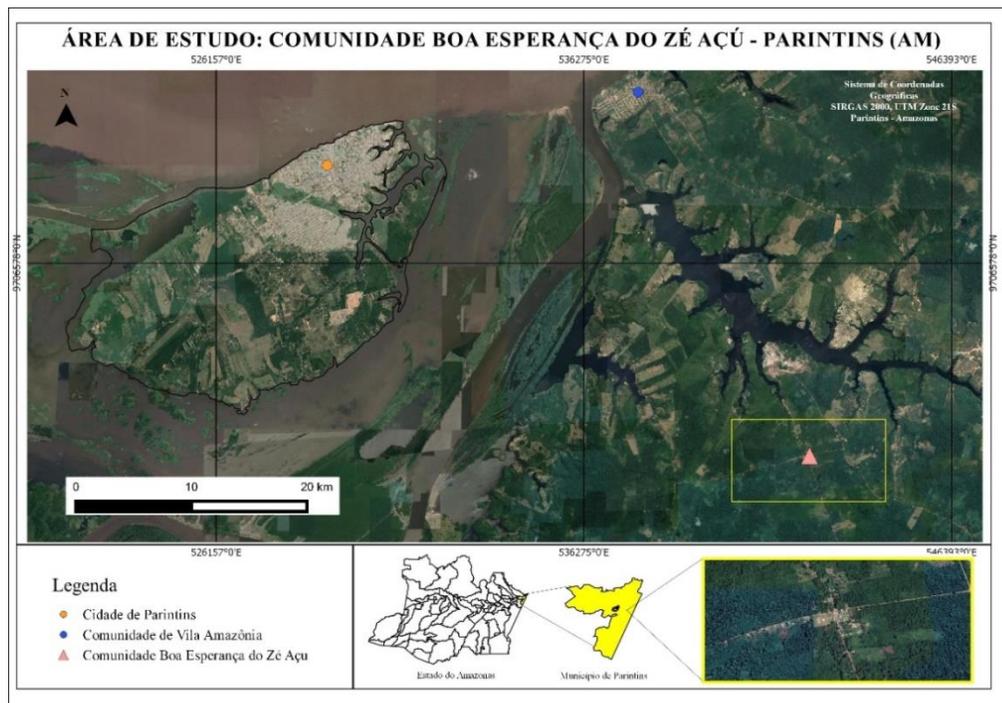
A presente análise é composta em: primeiro momento caracterização da área de estudo, tendo a Comunidade Boa Esperança no Zé Açú, como foco de observação; segundo momento, a metodologia, como foi realizada a pesquisa e os caminhos metodológicos que sustentam a presente análise; terceiro momento se fez uma abordagem sobre a educação na Amazônia, através de seus resquícios coloniais, como começou esse processo educacional a partir de uma reflexão histórica; o quarto momento se abordou sobre a Geografia e sua relação com a formação cidadã,

bem como sua relevância quanto ao ensino geográfico e a importância do docente na formação do aluno; o quinto momento reflete-se sobre a Educação Ambiental para além do determinismo natural e sua importância para formação de sujeitos conscientes e sensibilizados; no sexto momento relacionou-se o Ensino de Geografia mediado pela Educação Ambiental; no sétimo momento se faz análise de dados por meio de discussões a respeito da educação ambiental mediada pelo ensino de geografia, por meio dos sujeitos discentes da Escola Municipal São José, e a realidade que enfrentam quanto aos resíduos sólidos e biológicos na comunidade, além de suas visões de futuro e uso dos recursos naturais.

2 ÁREA DE ESTUDO: COMUNIDADE BOA ESPERANÇA DO ZÉ AÇÚ

O Zé Açú é uma região afastada 14 km da sede municipal de Parintins-AM, tendo em sua composição sete comunidades rurais, segundo Silva (2015), informações estas da Secretaria Municipal de Parintins, para a análise deste trabalho, teremos como Área de estudo a comunidade Boa Esperança, distante 17, 2 Km da sede Parintins, (**Mapa 1**).

Mapa 1: Área de estudo “Comunidade Boa Esperança do Zé Açú em PIN-AM



Fonte: Google Earth
Org.: Julianne L. Silva (2019)

A comunidade Boa Esperança tem uma dinâmica diferenciada de algumas comunidades amazônicas, no que tange a sua ligação com outras localidades da região do Zé Açú ser realizada não apenas por via fluvial, mas por via terrestre, por intermédio das estradas que fazem a ligação de um ponto a outro, neste sentido, é possível vislumbrar uma geografia diferenciada da paisagem, e reforça a dependência do amazônida com seu habitat, o uso do lago não apenas como fonte de alimentação, da retirada da água para o consumo diário nas mais diversas atividades; não se podem desassociar os sujeitos da Amazônia dos rios, da floresta, seria negar-lhe a realidade do viver. Neste sentido suscita-se os escritos de Silva (2015):

A referência territorial dessa localidade está diretamente relacionada ao Lago do Zé Açú, que tem sua importância tanto do ponto de vista da logística (via de acesso às comunidades e com a cidade de Parintins) como lugar do lazer e descanso, fonte de alimentos e da vida para os ribeirinhos que moram em suas margens. É, também, a fonte de água para 22 beber (pois algumas comunidades ainda consomem a água diretamente do lago, para beber, fazer a comida e demais usos), dentre outras funcionalidades que o lago tem na vida dessas pessoas. Nos estudos de questões socioambientais, principalmente quando envolve a relação sujeito-ambiente, é necessária a conjunção de áreas distintas do conhecimento, portanto, uso de métodos diferenciados que possibilitem a compreensão mais abrangente da realidade.

A comunidade Boa Esperança no ano de 2019, completa seus 54 anos de fundação, ocorrida no ano de 1964, sendo uma comunidade agrícola, seus moradores iniciais eram advindos de uma comunidade proximal, a do Bom Socorro. Segundo Silva (2015), os moradores chegados à comunidade Boa Esperança, tinham como práticas agrícolas, o cultivo do arroz, a partir de suas instalações, foram instruídos a criarem uma cooperativa, a Cooperativa de Agricultores do Zé Açú, numa tentativa de tornar seus comunitários um elo para sustentabilidade e renda entre campo-cidade, levando não apenas renda, mas transformando as relações entre seus sujeitos e o meio ambiente.

Vale ressaltar que a comunidade Boa Esperança vem se reconfigurando, principalmente se compararmos a pesquisa de campo realizada por Silva (2015), onde caracterizava a comunidade, com pouco mais de 40 famílias, em 2019 esse número passa de 50 famílias, a comunidade conta com rede elétrica, abastecimento de água por meio de poço artesiano e uma Escola, denominada de Escola Municipal São José. Segundo Silva (2015) a escola atendia alunos de 1º a 6º ano do ensino fundamental, atualmente a escola possui ensino fundamental completo de 1º ao 9º ano, onde recebe alunos não só da comunidade, mas das adjacências. A estrutura ganhou uma

construção em alvenaria com três salas de aula, uma cozinha e uma secretaria, ainda conta com o anexo de madeira onde funciona uma turma multiseriada a qual os professores chamam de agregado (**Imagem 01**).

Imagem 01: Escola Municipal São José na comunidade Boa Esperança do Zé Açú



Fonte: Julianne L. Silva. Pesquisa de Campo (2019)

As residências que antes eram em sua maioria em madeira, ganham ares urbanos, a alvenaria já impacta e desnorteia da visão comum que se tinha antes de uma comunidade rural, diante essas novas configurações, ainda permanece a relação proximal com a natureza, visto que é desta que se tiram parte da renda familiar das famílias da comunidade, mesmo que com o passar dos anos essa é uma prática que vem sendo cada vez mais escassa entre os comunitários. A situação ainda lembra muito o que disse Silva (2015) em sua pesquisa de campo:

A renda principal das famílias ainda vem da agricultura, mesmo essa atividade estando em decadência, pois, segundo os próprios moradores do Zé Açú, já foi uma grande produtora do município de Parintins, tinha até cooperativa de produtores rurais, mas esse tempo já se foi, e apenas existe na lembrança daqueles que fizeram parte dessa história. Agora, o que podemos observar é que as famílias que ainda produzem para sua sobrevivência o fazem com muito esforço para continuar essa atividade.

A comunidade vem se transformando e com ela seus sujeitos, suas dinâmicas tanto com o meio ambiente, quanto com seus modos de vida e conseqüentemente com um novo olhar para o futuro, e neste sentido através da educação ambiental por meio do ensino de geografia, pode-se

reconstruir novas realidades, e para compreender essas dinâmicas na comunidade Boa Esperança, foi preciso trilhar um caminho metodológico que viesse esclarecer as indagações sobre uma formação cidadã.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa far-se-á pesquisa qualitativa, na tentativa de atingir os objetivos por elas explicitados. A escolha por este tipo de pesquisa se dá pelo fato do pesquisador ser meio de obtenção da coleta de dados, mediante a observação e interação com o ambiente de estudo, onde a realidade acontece de modo espontâneo, sem condições pré-definidas, a cultura e identidade não é algo produzido em um controle matematizado e sim uma autoafirmação de cada indivíduo.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.47) “na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal [...]” por isso torna-se fundamental ir a campo, experimentar a diversidade acontecendo e fluindo naturalmente, e assim podendo ser compreendida por aquilo que verdadeiramente é. Haguette (2003) explicita que a natureza qualitativa vai conduzir a uma percepção dos diferentes fenômenos sociais, os quais só se concretizam pelos aspectos subjetivos da ação social, incorporando fenômenos únicos, diante o olhar de quem ver de fora e o olhar do sujeito de como ele se percebe.

A abordagem adotada se caracteriza por um viés dialético, como bem colocado por Fonseca (2010, p. 102), visto as contradições dos sujeitos com o meio, onde se desenvolvem suas relações, a sempre o novo, diferente, as transformações passam a ser partes de múltiplas visões ideológicas, mas que buscam a investigação da realidade, como uma ação recíproca, já suscitada por Lefebvre (1983, p.171) apud Spósito (2002, p.70), e diante do que se apresenta, a dialética, surge como meio de contestação, no confronto de opiniões e pontos de vistas, diante da contradição dos próprios sujeitos, que criam e recriam sua historicidade no tempo-espaço.

A técnica de pesquisa para este trabalho se alicerça na pesquisa de campo, sendo que para Lakatos e Marconi (2003) objetiva-se “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”, é neste sentido que as visitas técnicas, auxiliaram na percepção da realidade vivenciada na Comunidade Boa Esperança do Zé Açú no município de Parintins-AM.

Dentre os procedimentos metodológicos utilizou-se a aplicação de questionários (em anexo), para avaliar a relação da Educação Ambiental, mediada pelo ensino de geografia, da E. M. São José, juntamente a relação mútua entre sujeitos e a comunidade, além de entrevistas abertas, rodas de conversa sobre Educação Ambiental e os impactos nas atividades tradicionais de subsistência “pesca e agricultura”, a tabulação de dados, resultou no desenvolvimento das questões de reflexão sobre a temática proposta, e para tal a pesquisa de campo.

O arcabouço teórico para este escrito se fundamenta nos escritos de Dias (2004) e Loureiro (2006), os quais abordam o histórico da educação ambiental, bem como seus conceitos, fundamentos para um novo debate, e as reflexões que embasaram a Educação Ambiental para um conceito abrangente de uma percepção dialógica. Para falar de formação cidadã, se apoia nas reflexões de Brandão (1998) e Paulo Freire (1996).

As reflexões referentes ao ensino de geografia se baseiam nos estudos de Cavalcante (2002), Lopes (2008) e os escritos de Silva (2004) abordando a educação histórica no Brasil e na Amazônia no período colonial. Para abordar a temática dos resíduos sólidos, este trabalho se apoiou nas reflexões de Brasil (2010), no preambulo legal, constituídos na Lei 12.305 promulgada em 02 de agosto de 2010, constituindo-se nas Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos (PNRS) e nos estudos de Santos (2002), que suscita a modificação dos hábitos alimentares dos sujeitos das comunidades rurais e ribeirinhas amazônicas; os estudos de Silva (2015) corroboram para conhecer e relacionar as mudanças da região do Zé Açú e a ligação dos comunitários com o meio ambiente.

Como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica tem papel fundamental, visto que são através das mais diferentes leituras que se podem compreender as transformações sociais, ambientais e educacionais, para tanto refletimos a partir de um resgate histórico da educação no Brasil, por meio da historicidade e como isso teve influência na Amazônia, na formação de um povo miscigenado, e uma terra cobiçada pela ganancia humana.

4 POR UMA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NA AMAZONIA, POR TRÁS DA HISTÓRIA

A educação sempre esteve ligada a história daqueles sujeitos que detinham nas mãos o poder de decidir não apenas por si, mas pelo outro, o acesso ao ensino é uma condição histórica, construída para um viés, seja ele, de consciência elitista, ou da instituição servil ou religiosa, onde se condiciona as classes menos favorecidas a pensar o que pensam, na condição de crer que pensam por si, porém de fato, reproduzem as falas inconscientemente, destituídos de ver nas entrelinhas algo que muitas vezes foram cerceados no mais íntimo do seu eu.

A educação por mais que seja um direito nato, emanado da Constituição Federal, sendo um dos direitos fundamentais da pessoa humana, nos leva a pensar e repensar a educação, para quê, quem e como? Para isso é preciso pensar como se configurou a educação na Amazônia e conseqüentemente no Brasil, dessa maneira faz-se necessário buscar leituras que possam vislumbrar um novo olhar além das histórias contadas nos livros didáticos, por uma outra educação.

Quando se fala de Brasil, e como se deu seu processo de colonização, um dos elementos importantes na história é o viés religioso. O clero foi um dos seguimentos que incorporaram o pensamento europeu em novas terras, com um olhar pré-concebido dos habitantes que no Brasil existiam, classificando-os segundo suas próprias crenças.

Os colonizadores religiosos que desempenharam importante papel durante a colonização foram os Jesuítas, os quais chegaram com a missão de catequisar os índios na fé católica. Os Jesuítas adentraram a Amazônia com o exército Português, com o auxílio dos índios que haviam persuadido, adentrando a floresta em busca de “novos fiéis”. Inúmeras foram as ordens religiosas que se aventuraram na Amazônia, trazendo o pensamento europeu, classificando os espaços físicos e os povos que aqui viviam.

Distingui-se, entre o início e o fim da dominação colonial metropolitana, pelo menos três momentos e movimentos de expressão do papel da igreja na Amazônia [...] colaboradora e até certo ponto compositora do poder da coroa. Mesmo conhecendo a diversidade das ordens religiosas que diferenciavam quantitativa e qualitativamente o clero, todos os grupos religiosos que tiveram na Amazônia, guardam similitudes de funções, que se aproximam do objetivo geral de servir ao rei e a Deus. Mas, se Deus era único ao qual a todas as ordens se obrigavam a servir, o Rei não era o mesmo e sob as bandeiras desta distintas nacionalidade variaram a intenção a extensão das ações religiosas na Amazônia, assim como grau de prestígio atribuído as diferentes ordens da colonização. (SILVA, 2004, p.116)

O trabalho religioso jesuítico perdurou no Brasil por mais de 200 anos, incorporando um modelo de ensino, enraizando suas relações de poder e dominação entre religiosos e indígenas, desse modo passaram a ter uma importância igual ou maior que a coroa portuguesa, é justamente esta relação que preocupa o rei de Portugal. A igreja vinha acumulando grande riqueza, a subordinação dos índios aos religiosos incomodaram os colonos portugueses, os quais usavam da mão escrava indígena para extração das riquezas existentes em solo brasileiro, posto que o índio conhecia o espaço geográfico.

Segundo Silva (2004), as inúmeras congregações religiosas no Brasil colonial, trouxeram visões diferenciadas, mas em todas elas em comum, estava a exploração das riquezas das novas terras, sem deixar de lado a busca de novos fiéis, visto que na Europa com a Reforma Protestante, o número de fiéis da igreja sofre grande perda e com isso, perde-se um valor econômico considerável, e assim o prestígio do catolicismo, e, portanto há um enfraquecimento do clero nas tomadas de decisões de Reinados, sem poder a igreja acaba sendo apenas mais um ente que muitas vezes alienava as massas sociais.

Comum a todos os grupos religiosos é o sentido político [...] As missões foram as instituições mais frequentes da organização do poder colonial Amazônia. [...] importância estratégica e política[...] o poder das instituições religiosas e militares é rompido por um momento de influência da igreja na Amazônia, [...] o estado passa a atribuir e a exigir da igreja o papel de colaboradora para manutenção da conquista, [...] São funcionário do estado, dele dependem. A consolidação do poder colonial português é também a consolidação das ordens religiosas da casa portuguesa. As missões são substituídas pelas paróquias e diocese é expressão política dos limites da organização religiosa na sociedade colonial regional. (SILVA, 2004, p.116-117)

Após o enfraquecimento dos Jesuítas no Brasil, outras ordens religiosas se instauraram na colônia, com focos diferenciados, porém não se distanciando da expropriação do índio como sujeito, e em busca de usufruir das riquezas do novo Estado. Os Carmelitas foram uma ordem bem aceita por Portugal, pois chegaram com um trabalho educativo voltado para os filhos dos colonos, tendo suas atividades desenvolvidas a partir de 1626 no Maranhão. Outra ordem que teve importante papel na Amazônia, foram os Franciscanos da Província da Piedade, estes de origem Espanhola tiveram apoio da coroa portuguesa, visto que suas obras assistencialistas no cuidado dos doentes se tornaram um diferencial as populações da Amazônia.

Os Franciscanos por pedido dos Jesuítas ficaram responsáveis pelas missões que a adentraram aos domínios do Rio Negro, onde se firmaram em vários aldeamentos, como os Baré,

Manaó entre outros. Outro destaque as ações missionárias na Amazônia, fica sob os Franciscanos da Província de Santo Antônio que se constituíram como verdadeiros soldados em nome de Deus, convertendo grande quantidade de índios, transformando-os em soldados e levando-os a lutarem por Deus e a Coroa contra inclusive outros índios. Os missionários Franciscanos passam a questionar e a requerer a liberdade dos indígenas, dando início a um novo embate entre igreja e Estado. Aliado a tantas missões existentes e o progresso religioso na região, as missões Francesas solicitam mais missionários para a obra de catequese neste novo mundo.

Com Pombal, se reconfigura a estrutura Estatal de poder, os Jesuítas são expulsos, em nome de um novo olhar para o futuro, com uma visão mais Europeia, o que leva ao fortalecimento dos Colonos e ao monopólio da mão-de-obra escrava do índio nas mãos destes colonos, que viram na igreja, seus principais adversários no acúmulo de riquezas. Os índios passam a integrar os trabalhadores reais, no trato de fazendas, sendo usados também na pesca. Os colonos passam a exploração da árdua da mão de obra indígena.

Para incentivar a vinda ao Brasil, foi publicado que as Terras da Nova colônia estavam repletas de riquezas e bastava vir para o Brasil. Os primeiros colonos eram sujeitos vindos das camadas mais populares da sociedade portuguesa. Mas o Brasil não se destinou apenas aos pobres e delinquentes, serviu como meio de prisão política de membros da nobreza capturados e extraditados para uma terra até então inóspita que cegava homens gananciosos.

Para Silva (2004, p.132) “a função de capitães de aldeia parece ter sido o primeiro marco da segmentação dos colonos, na dominação lusitana [...] esta função dava-lhes o poder de controlar a mão-de-obra indígena, os papéis de juiz civil e criminal e ainda, a obrigação de fiscalização das relações de trabalho”. Os capitães de aldeia passam a gerir o modo como os colonos desenvolvem suas relações sociais e econômicas, baseados na exploração do trabalho indígena, usando sua força de trabalho nas plantações de algodão, cana de açúcar, no corte das madeiras entre outras atividades que só foram possíveis a aqueles que de fato habitavam a colônia.

Portugal pouco se importava com os colonos que de fato estavam na Amazônia ou mesmo em outras regiões, com a miséria instaurada, estes sofriam com a escassez de mão de obra, e tudo que dependia desta. A baixa produtividade levou a um seguimento lucrativo, neste caso o sistema de exportação de matéria-prima, possibilitando o acúmulo de riquezas de comerciantes e produtores, sobretudo no Pará e Maranhão. Diante o que vinha acontecendo na Amazônia, o

acúmulo de riquezas, leva à configuração de um novo colono, o rico, que ganha prestígio e status na sociedade portuguesa, disparando as desigualdades sociais entre ricos e pobres.

Assim no século XVII a Companhia do Grão-Pará e Maranhão detinham entre seus associados os Ricos colonos da Amazônia, que compraram posição social, ou seja, passam a integrar a alta sociedade burguesa. Diante o acúmulo de riquezas e um novo olhar do século XVIII e XIX, surgem nas colônias as divisões de pessoas de primeira, segunda e terceira classe. Mas para os povos nativos, essa ascensão do colono, é apenas vista como exploração das populações tradicionais, negando a cultura e história dos povos indígenas.

Para o povo explorado e marginalizado, os colonos não passavam de pessoas sem escrúpulos. Diante das leituras é inegável que os povos indígenas tinham uma rica cultura, a qual foi negada pelo colonizador, rechaçada pela igreja, e inexistente pelo Estado, onde o ser índio teve sua identidade roubada em solo pátrio.

Não houve escapatória, mesmos aqueles que viviam em áreas mais centrais ou mais adentro da floresta, foram caçados e grande parte dizimada pelo então povo civilizado. Acarretando na expulsão do índio de suas terras, sendo desapropriado do seu eu e forçados a lutar uma batalha que não era sua. É preciso pensar que quando se fala da apropriação do espaço e da sodomização do índio, não foi algo que ocorreu de modo pacífico, muito pelo contrário, o índio foi e é resistência, por isso a visão de selvagens, arredios, inimigos e sem almas.

Diante um inimigo comum, muitos clãs de indígenas se aliaram as forças estrangeiras para combater o avanço português, buscando alianças com Franceses, Espanhóis e Holandeses, isso tudo com segundas intenções de ambas as partes. O medo do índio foi um dos elementos para o avanço colonial com força, guerreando, transformando essas populações de inimigos a súditos, pela pressão do uso da força armada da coroa portuguesa.

Por intermédio de Pombal, os educadores laicos, buscam o ensino da língua portuguesa, como também aprendem a língua nativa dos índios, para força-los a fazer o que lhes é imposto pelo seu senhor. O intuito por trás disso é a criação de uma rota de comércio que por certo daria algum lucro.

A partir da destribalização do índio, este se torna a principal frente de batalha das forças militares lusitanas, desde a construção de edificações e fortes, como escudo em batalhas, principalmente na defesa de fronteiras. Percebe-se que o índio, diante toda sua trajetória no Brasil colônia, foi mero fantoche, o qual para não morrer aliançou-se com o inimigo. As políticas

desenvolvidas no Brasil se tornam antiindigenistas, nesse sentido a mulher índia desempenhou um papel fundamental, para a configuração de um novo colono, o mestiço, entre portugueses e indígenas, uma população ligada ao território, que teria uma educação nos costumes europeus.

Haviam regras explícitas para a conduta do índio, do que fazer ou não fazer, até mesmo sua nomenclatura muda para a população regional, sendo passivos de regras das instituições colônias. Viviam em aldeamentos próximos as cidades colônias, subsistindo com a agricultura e alimentando os povoados, em regime de semi-servidão. O ser índio se tornou um estigma, sujeitos que não podiam viver sua cultura, suas crenças nem mesmo usufruir do uso de sua língua, forçados a miséria muito além do alimento, na maldade dos seres, ditos humanos.

A política colonial indigenista era, agora, radicalmente antiindigenista. Na Amazônia, as decisões sobre os indígenas subordinavam-se estritamente aos interesses do domínio colonial, que deveria ser assegurado e ampliado pela abertura de vias de comunicação e comércio, pelo aumento e diversificação da produção, pela expansão da população branca e, principalmente pela subjugação dos grupos indígenas hostis os resistentes ao regime de trabalho servil. (SILVA, 2004, p.150)

A dominação do índio foi uma consequência, pois sua resistência acabou por dizimar inúmeras etnias, um massacre que perdurou por longos séculos, lançados a uma desigualdade social e capitalista, negados na possibilidade de serem sujeitos pensantes, articuladores, vindos de uma cultura própria, socializadores de saberes, sem escrita, mas vivos pela linguagem oral. É justamente essa relação de submissão de índios aos brancos, que se configura um importante conjunto de aspectos sociais, regionais, do nosso povo Amazônico, meio pelo qual o Amazonas é inserido na condição de território.

A Amazônia foi um dos territórios mais conflitantes no período do Brasil colônia, e neste sentido, três setores se destacam no seu processo de colonização, a igreja, o colono e o índio. A igreja como mecanismo de catequização e imposição do pensamento Europeu, utilizando-se da religião como meio educacional, para constituir uma nova mentalidade aos povos indígenas, e “tirá-los”, da obscuridade que viviam, visto que aqueles que aqui chegaram, estereotiparam os índios, não por aquilo que eram, mas pelo que deveriam ser, “um homem, branco e católico”, ao passo que a igreja fora um dos seguimentos que exerceu influência sobre os povos Amazônicos, e aproveitando-se do trabalho indígena para enriquecimento.

Os colonos por sua vez, formavam num primeiro momento, não a sociedade burguesa portuguesa, mas eram os desafortunados e rejeitados pelo Estado português, e abandonados em

novas terras, com a promessa de riquezas e fartura. Ao passo do uso da mão-de-obra escrava indígena, surge uma nova classe econômica, os donos de fazendas e comerciantes, os quais entraram em conflito com a igreja que dominava os índios, queixando-se ao Estado, e desta forma suscitando a desconfiança entre a Coroa Portuguesa e os missionários, constituindo uma guerra de poder no território brasileiro.

O índio que diante os ataques armados a sua identidade, acabaram por serem dizimados aos milhares, restando apenas aos poucos sobreviventes se adequarem aos mandos do estado e da igreja, sendo usados, como mero objeto para fins lucrativos, ou de uso como escudo diante as inúmeras batalhas para a defensiva de um território tão rico. O que se pode perceber é que a história do Brasil, ainda é uma ficção mal contada, não retratando a realidade do real sobreviver, um lugar inventado, pelo próprio colonizador.

E quando se fala de Amazônia e sua educação, é preciso refletir que ainda hoje somos resquício desse processo exploratório, de uma educação forçada para dominação das minorias, onde os sujeitos lutam por educação, vistos que nas comunidades de terra, água e florestas, o acesso à educação, ainda é escasso, e que essa realidade não é de hoje, vem se construindo historicamente, ao longo da chegada dos invasores, que fizeram do índio, escravo, sem voz, sem vez, exaurindo da Amazônia sua maior riqueza, o seu povo, é justamente na crítica ao passado, que o ensino de geografia, é meio para uma formação cidadã de sujeitos críticos e reflexivos.

5 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ

As novas relações sociais vêm modificando significativamente os espaços e suas inter-relações, assim as ciências também se adaptam as novas exigências de conhecimento e ensino, a Geografia ao passo desta realidade se perfaz em novas reflexões críticas e de análises, na transformação do ensino, para a formação cidadã necessária à sociedade. A ciência geográfica tem por finalidade aguçar a criticidade dos discentes em sua formação, visto que reflete-se sobre seu ambiente de vida, e como as ações humanas estão intimamente relacionadas, a conscientização de que somos reflexos de um mundo globalizante, e com ele o uso do ambiente como objeto de uso para o capital.

Pensar o mundo através de uma perspectiva geográfica é liberta-se da condição alienante, fazendo as conexões que vão muito além do local, passando a engendrar as relações de poder em

uma esfera global, entendendo que não estamos alheios aos acontecimentos e decisões de fora do meio social em que vivemos, é justamente essa criticidade que vai nortear o ensino de geografia, instigando o discente através da sua realidade e experiências adquiridas a formular sua concepção de espaços dialogicamente. O desafio no ensino passa a motivar a autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem, onde este se torne, autônomo, na busca de compreender o papel da geografia.

A geografia não é apenas mapas, localização, fuso horário, falar de meio ambiente, muito pelo contrário, a Geografia é refletir sobre os sujeitos e suas relações com o mundo, as quais vão englobar de modo interdisciplinar todas as ciências e experiências do dia-a-dia, na dinamicidade de onde se constrói e reconstrói a história desses sujeitos no espaço geográfico.

O ensino de geografia tem como consequência tirar da inércia os sujeitos, e para tal uma figura é imprescindível para esse processo formativo, o professor, mediador e instigador da aprendizagem, aprender depende da inquietação plantada no íntimo do aluno pelo docente, como bem exposto por Brandão (1998), o professor deve estimular por meio da geografia uma análise crítica da realidade, onde o sujeito tende a perceber que a geografia está presente no seu cotidiano, nas suas ações e relações com o meio que o circunda, onde os saberes do senso comum são vistos como conteúdo de uma educação não formal, geografia é ensinar e aprender, tanto do professor, quanto do aluno, numa dinâmica necessária ao fazer pedagógico.

A globalização mediada pelo sistema capitalista ocasionou uma reestruturação da sociedade, os avanços tecnológicos trouxeram um novo modo de viver, e consigo conflitos políticos, sociais, culturais, étnicos e ambientais afetando diretamente as populações mundiais, e ninguém está livre das consequências dos efeitos globalizantes, visto que essas alteram os modos de produção, e conseqüentemente a educação.

A ciência geográfica diante essa nova realidade, busca ultrapassar as deficiências no acesso ao ensino, desenvolvendo um papel fundamental na formação crítica de seus sujeitos, como bem exposto por Cavalcante (2002) que reflete sobre a demanda da geografia enquanto disciplina de provocação, novos meios de reafirmar conteúdos, ou mesmo atualizar outros, não sendo mais possível, deixar a geografia ser vista como uma disciplina simplista e decorativa, ela é, pois uma ciência de reflexão, de crítica à realidade imposta e sendo aquela que instiga um olhar próprio a todas as contradições que acontecem no espaço geográfico e apenas através de uma

consciência crítica, que os sujeitos podem diminuir desigualdades, e olhar o outro como um sujeito diverso, tal qual somos.

O ensino de geografia segundo Lopes (2008), prima em proporcionar aos sujeitos, um olhar crítico, onde a escola tem papel fundamental, por ser espaço de formação e contradição, visto que o ensino varia de acordo com as possibilidades econômicas, em um contexto histórico, é justamente nessas relações de poder que a geografia, nos leva a pensar no modo político e social, esclarecendo em como as tomadas de decisão, são necessárias para combater, desigualdades, corrupção, preconceitos, criticar os sistemas governamentais, que usurpam os direitos dos mais humildes, estes que são deixados de lado nas políticas públicas assistencialistas.

Nesse sentido tomemos as palavras de Paulo Freire, quando diz que a educação não transforma o mundo, mas sim as pessoas e estas transformam o mundo por meio da educação, assim como também fala da condição do conhecimento, dizendo que ninguém educa ninguém, mas que nos educamos juntos e em comunhão, mostrando

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante. (FREIRE, 1996, p.18)

Quando falamos de educação crítica de libertação que nos leve a pensar em outra realidade e nos tire da condição de meros espectadores e marionetes nas mãos do Estado e do capitalismo, nos vemos as inquietações de Paulo Freire, as quais nos instigam a refletir nosso processo de educação e formação, onde o conhecimento bancário, por muitos anos, tornou as massas sociais, dependentes de sua própria falta de educação nas lutas contra o sistema que as oprime.

O professor enquanto socializador de saberes deve conduzir o aluno a desenvolver o espírito crítico e curioso, instigar os discentes a se aproximar da realidade, do objeto a ser estudado, é preciso ter os conhecimentos prévios da metodologia, para que este saiba ler as entrelinhas, compreender como agir diante os problemas e buscar soluções para o mundo que o rodeia, no qual não apenas ele se insere, mas que o influencia.

Antes de ensinar os conteúdos propriamente ditos, aqueles impostos por planos curriculares, por que não buscar no conhecimento do alunato o material de ensino, transpondo seu cotidiano e suas experiências, relacionando com o conteúdo programático? Quem melhor

para falar de geografia da cidade, do que quem mora nela, e é agente dinâmico nesta construção de relações. Exemplos simples que podem difundir o pensamento do ensino para a vida e com a vida.

A educação enquanto construção social deve refletir a curiosidade pelo mundo, é preciso desenvolver no aluno, a inquietação da realidade para que o mesmo tenha consciência de muda-la. É, pois nessa construção mútua aluno/professor que o ensino se reconstrói. É essa inquietação que move e produz a mudança para um ser novo. A prática do professor deve sempre priorizar a crítica quanto às desigualdades existentes na sociedade, meio pelo qual, há grande disparidade entre as classes, e, por conseguinte é reflexo, no sistema educacional, o qual reproduz uma condição de privilégios para poucos.

Segundo Freire (1996, p.17) “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. Ao professor incube a tarefa árdua de pensar no fazer prático, para que isso se sobressaia no fazer, ou seja, que ao passo que se aprende se ponha em prática, e as práticas possibilitam, relacionar a realidade com a pseudo verdade, muitas das vezes disfarçada de grilhões de um pensamento sujeitado a reprodução de um sistema propriamente desenvolvido para a falha.

É preciso mudar o modo como o aluno é conduzido em sua prática escolar, ou seja, apenas leitor de livros didáticos arcaicos, descontextualizados da realidade do educando. O aluno não dever ser e se vê como mero contingente numérico, deve assumir-se como agente histórico no processo de ensino. Uma escola sem os seus protagonistas, não passa de prédio físico, um educandário é formado pela comunidade, professores, alunos e demais setores que atuam na finalidade de fomentar o conhecimento das pessoas que são a escola. Oportunizar alunos e professores a expor suas experiências coincide com o que preconiza Paulo Freire, pois não se pode desempenhar um bom trabalho se não conhecer os sujeitos com quem se trabalha.

Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? [...] (FREIRE, 1996, p.13).

O educador tem papel fundamental na transformação da consciência do aluno enquanto socializador de saberes, é justamente na relação aluno/professor que descobrimos que o ensino

vai muito além da transferência de saberes, muito pelo contrário, o mestre tem que dar possibilidades ao estudante adquirir a autonomia do pensar e refletir sobre o que lhe é exposto, para que o mesmo possa fazer uma relação do que aprende com aquilo que percebe no mundo, como ser ativo da realidade, que produz e intervém no espaço suas práticas sociais.

É preciso socializar conhecimentos, o aluno não é mero depósito, a este não deve ser imposto um conteúdo meramente decorativo, deve ser um saber que faça diferença na sua vida, na forma de pensar e criticar o que lhe parecer incerto para a coletividade. Ensino prático que o torne um ser independente de fato e de direito. O ser humano, a partir do momento que toma consciência de si, compreende que ele age sobre sua realidade, depende dele criar as possibilidades do pensar e agir, ser atuante na sua vida, e não ser refém do sistema social, em que aos menos favorecidos é imposta a mentalidade, que sua ascensão é mero fruto de um desejo sem fundamento.

A educação nos leva a compreender que as raízes da inferiorização do indivíduo é algo cultural, e depende de nós enquanto indivíduos formadores e em formação, instigar o outro para sair do estático e compreender que a sociedade em que ele se insere é reflexo de sua capacidade de mudá-la ou de reproduzi-la.

A educação é libertaria e nos tira do estado de alheamento, a partir do momento que percebemos nossa relação com o mundo, nos situamos no processo da sociedade, quando nos sabemos inacabados, é o momento que percebemos que nossa condição, o que pensamos, e o que acreditamos, nem sempre foi uma questão de escolha, e sim uma consequência, do estado de inércia.

A maioria da população que sobrevive no estado inacabado, sem se dar conta do mesmo, reproduz as máximas de crenças sem concretricidade, com as quais perpetuam a ignorância de um povo ensinado a não pensar, mudos e silenciados pela minoria de uma classe incomodada com a ascensão, não do status financeiro, e sim com a possibilidade do conhecimento libertário de todo um país, que pensante se desvencilhariam dos grilhões da então sociedade dominante.

O ensino/educação hoje passa por inúmeros obstáculos, os quais vão desde o espaço físico, material e humano, porém o educador é agente fundamental na construção das relações educacionais, a partir do momento que ele toma para si a responsabilidade de formar pensamentos concretos, socializar experiências, tanto relativas a ele, quanto do aluno na prática do ensino, ele estará promovendo uma educação significativa. Mas quando o professor inibi a

curiosidade natural de um espírito sedento pelo conhecimento, está indo contra a ética da existência, que é saber-se existir e ser parte atuante desta existencialidade, ou seja, o professor não deve coibir o indivíduo no processo de aprendizagem, é preferível um discente questionador do que um mero numerário ocupante de assento em sala de aula.

O professor deve ser o incentivador e não o carrasco do educando, significa dizer que o aluno vem para a escola com uma linguagem, uma escrita, uma personalidade, e diante isto o professor tem que compreender e saber lidar com as diferenças, saber que ele também tem uma historicidade que ao se mesclar com visão do educador, formará a sua própria concepção de mundo.

O professor enquanto educador necessita conhecer a realidade do aluno, buscando formas de socializar os conteúdos didáticos científicos a partir do que o discente conhece, assim o docente estará contextualizando o ensino não apenas de maneira subjetiva e sim prática, concretizando os saberes. O educando não chega a sala de aula “vazio”, muito pelo contrário, ele traz um saber de mundo, próprio de suas relações sociais, neste contexto é preciso lembrar o processo de aprendizagem pelo qual passamos e pensar na diferença a ser feita, na instrução dos indivíduos em formação.

Sobre o professor recai uma grande responsabilidade, é justamente o educador o constituinte da base fundamental do aprendizado dos indivíduos, é, pois o docente formador não apenas de letrados, mas, influenciador, este seja talvez o diferencial do professor educador, o qual é comprometido com a educação para vida do estudante. Assumir a identidade de instigador, transformando e fomentando no alunato o questionamento a reflexão, ora se o docente, se formou e está praticando o ofício do ensino, o mesmo deve passar por reciclagem e ter acesso aos instrumentos necessários para o desenvolvimento de sua práxis; o professor deve estar em constante aprendizagem, não apenas pela dinamicidade do mundo atual, e sim pelo fato de que se ele gosta do que faz, por certo o fará bem feito.

Segundo Cavalcante (2002), o educador não se exime da construção social, na sua condição de promover a formação de indivíduos críticos, que reflitam e ajam sobre a realidade, desenvolvendo o espírito pensante e assim libertando os seres da alienação promovida pelo “estado” e classes dominantes, é no professor que se encontra a voz de lutas, ao passo que ele aprende e ensina, promove o usufruto consciente da razão. É preciso muito além de força de vontade, é preciso um educador criativo, que não venha a tolher o aluno na sua construção

autônoma, e que o discente possa notar-se como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

A educação apesar dos obstáculos da má administração pública traz em si um diferencial que nos dá esperança, onde o professor é mais que um socializador de conhecimento, é, pois o herói, fazendo do ensino, do outro, sua maior arma de transformação do mundo, tornando indivíduos libertos através do conhecimento. O professor educador tem uma alegria na atividade que exerce, é neste seu despertar pedagógico, que o mesmo estimula seu aluno, ambos aprendem e ensinam um ao outro, é o modo contagiante do professor que torna-o um exemplo para seu aluno, o aluno passa à existir no mundo do saber, pela dedicação e ao respeito ao mestre. Quando o professor alfabetiza o educando, sente-se com o dever cumprido, pois através da escrita e da leitura ele mostra o mundo para seu aluno.

Paulo Freire (1996, p.53), expõe que a alfabetização toma uma dimensão maior quando ela emerge como uma forma de desalienação, em que há a necessidade de lhe expor o contexto sociocultural e político no qual os indivíduos se encontram, ou seja, a partir do momento que o ser humano não se vê como culpado da sua falta de conhecimento e sim uma vítima do sistema arcaico desde nossa colonização. Quando o oprimido se dá conta do seu opressor e o expulsa, deixa sua condição de massa e parte para uma análise da sua participação ativa na transformação do outro e da sua própria história.

A educação não deve ser encarada como mera condição quantitativa para parâmetros internacionais ou por mero status, deve ser pensada como meio fundamental para humanização dos indivíduos, diante disto ressalta Freire (1996, p.49), “Quanto mais penso sobre a prática educativa, reconhecendo a responsabilidade que ela exige de nós, tanto mais me convence do dever nosso de lutar no sentido de que ela seja realmente respeitada”, é, pois através do ensino que a autonomia, passa a ser algo nato na construção do indivíduo. Torna-se uma responsabilidade nossa lutar para que a educação seja respeitada, assim como seus agentes, professores, alunos e comunidade, pois é a partir da valorização do ser humano, que podemos conquistar uma sociedade menos desigual.

É exigido do professor compreensão, que a prática educacional não está neutra, pois a educação se constitui em uma forma de intervenção do ambiente, que esta intervenção vá além do conteúdo apresentado em sala de aula, ela projetará ideais, os quais serão assimilados e formarão cidadãos conscientes e críticos, os quais contestarão por melhorias, por isso é preciso por parte do

professor, ser criterioso em suas atitudes e práticas, implicando diretamente na sociedade. A ideologia como bem enfoca Freire, perpassa pela condição da alienação social, no educador, podemos encontrar no pilar que instrui os indivíduos a identificar as múltiplas realidades que perfaz nossa sociedade dinâmica.

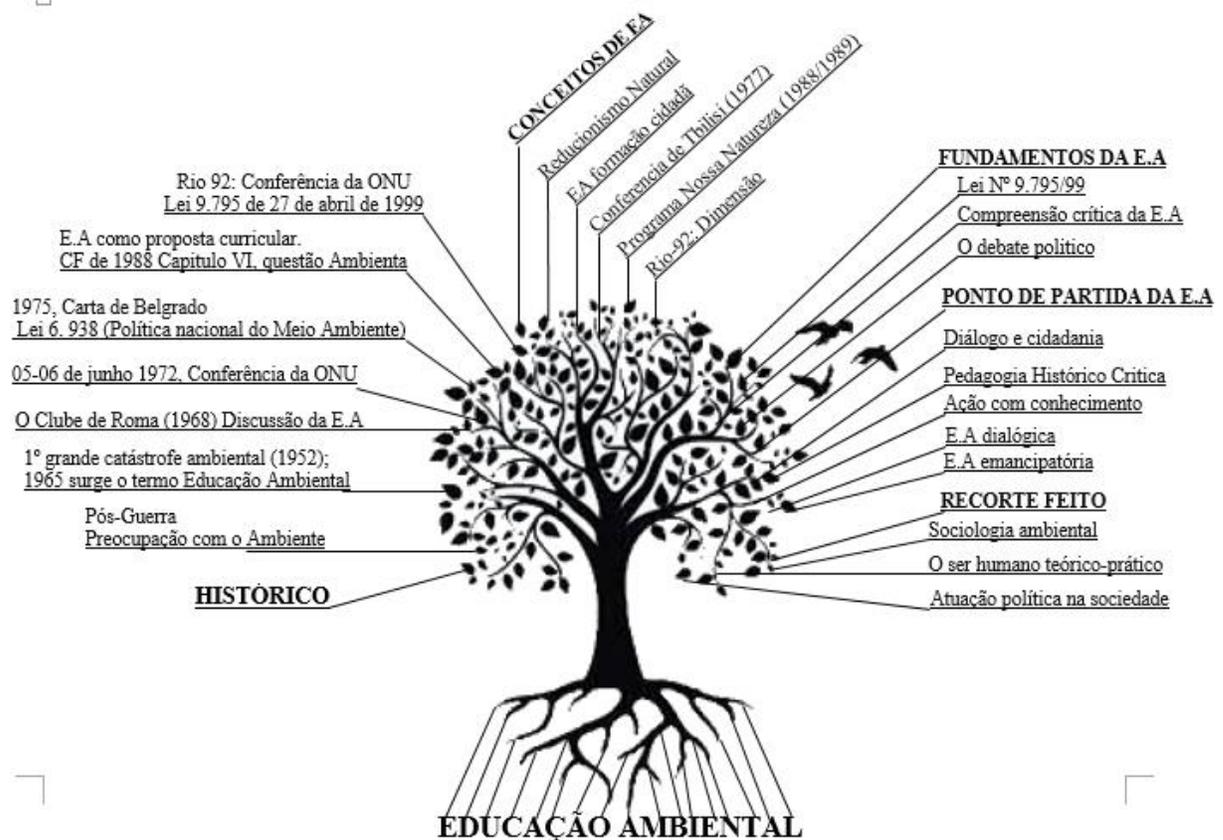
A liberdade que o conhecimento propicia, amadurece os indivíduos, ou pelo menos deveria, o indivíduo que aprende conhece seus direitos, compreende as diferenças e não as julgam, ao contrário, assume uma posição de interlocutor de ideias, compreende que as diferenças existem e são comuns. A família é o suporte básico para o ser humano, pois é o ambiente familiar que educa, e onde o confronto de realidades, deveria tornar os alunos, menos descrentes na possibilidade de serem independentes. Não cabe a escola, ao professor ou a família viver a vida do discente, este não pode viver sob as asas dos pais, neste ponto os genitores desempenham papel importante no desenvolvimento do modo de pensar e na maturidade de quem está sobre suas responsabilidades.

A ideologia não é algo externo de nós, ela é reflexo do que aprendemos, do modo como vemos nossa realidade. Todos somos impregnados de ideologias, defendemos o que acreditamos, independentemente dos fatos, pois a ideologia de certa forma nos cega, passamos muitas das vezes a acreditar no que queremos, não aceitando a verdade explícita. A ideologia, não deve ser apenas tomada como verdade, é necessário desmascará-la e discutir as questões da sociedade, e não apenas reproduzi-la, como ocorre com o processo de enriquecimento, ou como se deu a questão de terras no Brasil colonial, para que se achassem donos deste chão, são exemplos de uma visão ideológica em que por certo Brasil e Portugal divergem diante os fatos.

Assim sendo o dialogar é meio principal de chegar-se aos alunos, mas antes de dialogar é preciso estar disponível ao diálogo, hoje a realidade da sala de aula mudou, a relação aluno/professor deixou de ser aquela em que o aluno tinha um grande respeito pelo mestre, as dificuldades perpassam pelo diálogo, em que um fala e o outro finge não escutar, ou simplesmente quem escuta não tem interesse, a afetividade entre aluno/professor é algo que não se pode fugir, é natural, ao passo da relação proximal que ambos vivenciam na sala de aula, mas neste sentido é preciso que o professor quanto ao seu ofício, mantenha-se neutro, e não privilegie a um ou outro, é função do professor, manter-se íntegro ao fazer certo, e não deixar-se levar por sentimentalismo, os quais podem influenciar no modo de como ele avalia, despertando até mesmo dúvidas sobre seu papel de educador. Nesse caráter prático do ensino-aprendizagem, a

educação ambiental pode ser o elo para a interdisciplinaridade necessária ao processo de formação, aonde o meio ambiente vai muito além do determinismo natural.

6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALÉM DO DETERMINISMO NATURAL



Mapa Conceitual: Educação Ambiental para DIAS (2004) e LOUREIRO (2006)
Org.: Julianne L. Silva (2019)

A Educação Ambiental surge como uma preocupação com o ambiente, que em um dado momento já não é visto como inesgotável, porém sem uma conceituação ainda de Educação Ambiental (E.A), visto que o termo E.A, surge diante as problemáticas de sua própria concepção enquanto meio dialógico para conscientização dos sujeitos enquanto mediadores de experiências com os espaços geográficos e o uso indiscriminado dos recursos.

Com o fim da primeira guerra mundial, o mundo passa por um crescimento acelerado, tanto urbanístico como de urbanização e conseqüentemente o aumento da produção agrícola, e pecuária para alimentação dessa crescente população mundial, e junto a estas, o desenvolvimento

de tecnologias que venham promover conforto no dia-a-dia dos sujeitos. A natureza e seus aspectos diante essas novas transformações ambientais e sociais, também se modificam pela intensa interferência do ser humano na paisagem, a ação antrópica assim como recria espaços destrói outros, e com ele o avanço de grandes aglomerados citadinos, transformam o tempo, o solo, e extingue animais, resultando diretamente nos impactos ambientais.

Segundo Dias (2004), em 1869, surge o vocábulo ecologia, por intermédio do biólogo Ernst Haeckel, com uma análise entre os sujeitos e o meio ambiente diante suas relações, começava-se a pensar sobre o ambiente em suas futuras dimensões, a partir do crescimento econômico do pós-guerra, há ocupação de novos espaços, os territórios vão se transformando em aglomerados citadinos sem nenhuma preocupação ambiental, até acontecer a primeira grande catástrofe em 1952, onde o ar densamente poluído de Londres devido as atividades industriais, leva a óbito cerca de 1600 pessoas, o que surtiu como um estopim no surgimento do termo Educação Ambiental em 1965, como meio de educação para cidadania, e a partir daí, ocorre a popularização do conceito e o interesse por parte dos setores políticos.

O Clube de Roma foi o primeiro grupo a discutir a crise ambiental, resultando na conferência da ONU em 1968, que foi um marco histórico, na “Declaração sobre o Ambiente Humano”. Segundo Dias (2004, p.78), a conferência teve como objetivo “promover a discussão da crise atual e futura da humanidade”, publicada em 1972 no seu relatório “*Os limites do crescimento*”. O livro inferia a ganância do capitalismo pelo crescimento econômico sem escrúpulos, a qualquer custo, sem refletir sobre os impactos na natureza e na desigualdade de classes.

Para Dias (2004), um dos encontros que marcaram a importância da educação ambiental, foi o Encontro Internacional de E.A. em Belgrado-Iugoslávia, no qual fora redigida uma carta aberta, no qual tinha como anseios a partir de uma E.A, diminuir as desigualdades na sociedade, com a erradicação da fome e pobreza, e com isso o acesso à educação formal no combate ao analfabetismo, consciência ambiental diante a poluição, combatendo a exploração e dominação dos sujeitos.

No Brasil em 31 de agosto de 1981, o então presidente João Figueiredo sancionava a Política Nacional do Meio Ambiente pela implementação da Lei 6. 938, mais tarde se constitui no primeiro documento oficial do MEC pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 226/87: A educação Ambiental como proposta curricular, ensejou, uma nova disciplina, de

caráter interdisciplinar, na conscientização dos sujeitos sobre uma educação para o meio ambiente. Dando um salto qualitativo ao promulgar na constituição de 1988, em seu escopo no Capítulo VI, Art. 225, § 1, item VI, que aborda a questão Ambiental. Outro marco é a Rio 92 “Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento da educação Ambiental”, ampliando seu campo de atuação, promulga-se a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dando uma maior ênfase a Política Nacional de Educação Ambiental, graças a discussão mundial do Meio Ambiente, o Brasil em 1973 cria a secretaria de Meio Ambiente (SEMA), com o intuito de promover ações integradas. Inúmeros países discutiam os males ao meio ambiente, no Brasil se difundia o ecologismo, porém sem muito sucesso, visto seu caráter estritamente biológico.

O MEC diante as pressões dos países desenvolvidos e do Banco Mundial, cria um protocolo de intervenção com a inclusão do tema ambiental nos currículos de 1º e 2º grau, estendeu-se uma obrigatoriedade da educação ambiental nas universidades para formação de profissionais conhecedores do assunto, porém não se concretizaram do modo pensado.

Segundo Loureiro (2006), a Constituição Federal do Brasil, promulga em 1988, um capítulo sobre a questão ambiental por meio do, Capítulo VI, Art. 225, § 1, item VI, que aborda a questão Ambiental. Em 1992, acontece o Rio 92: Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento da educação Ambiental, contando com a participação de líderes mundiais, refletindo sobre os impactos do capitalismo sobre o meio ambiente, e como os países da América do Sul, deveriam se portar, e não jogar poluentes na atmosfera terrestre, um ato controverso, daqueles que foram os que mais poluíram de maneira desregrada o planeta.

Em 1999 é promulgada a Lei 9.795 de 27 de abril da Política Nacional de Educação Ambiental, onde se expõe sobre o conceito de educação ambiental, como deve ser desenvolvida e como está inserida no seu papel pedagógico, englobando uma educação formal e não formal, afinal não se estuda educação ambiental, se vive. Além de expor sobre os órgãos fiscalizadores e programas assistenciais a educação ambiental. Mas nada disso seria possível sem uma evolução dos conceitos de EA.

A evolução dos conceitos de EA estiveram relacionadas à evolução do conceito de meio Ambiente visto que antes de uma conceituação ampliada a EA era baseada no Reduccionismo Natural, o meio ambiente era visto puramente em seus aspectos da natureza, a proteção da fauna e flora, não ainda relacionando com um olhar para a junção sujeito e mundo.

Desse modo era preciso repensar o conceito de EA, sob a ótica de diferentes sujeitos, como por exemplo, Stapp et al (1969), em que E.A deveria objetivar a formação cidadã, onde o cidadão a partir de sua habilidade dialógica, desenvolveria as atitudes necessárias para sua inter-relação entre si, sua cultura com seu meio Ambiente e o entorno físico, o que Mellows (1972) chama de Senso de preocupação, corrobora ao pensar a E.A através de um progressivo senso de preocupação com o meio ambiente, do entendimento do sujeito com o ambiente a sua volta, percebendo a dependência de uma E.A para a manutenção da vida.

O caráter Interdisciplinar da E.A como exposto na, Conferencia de Tbilisi (1977), como uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade, pois é preciso fazer entender que a E.A depende de todos, ou estaremos fadados a cometer suicídio ao destruir o mundo que vivemos. A relação entre o uso do Meio Ambiente pelos seres humanos leva-nos a refleti-lo historicamente, desse modo no Brasil se constitui o Programa Nossa Natureza (1988/1989) de Ações Educativas, numa visão plural de E.A.

É necessário entender que ao longo da história da sociedade, a ação antrópica, modificou os ecossistemas, causando desequilíbrios, muitas das vezes irreversíveis, como por exemplo, o rompimento da barragem de rejeito de Mariana. A partir da Conferencia Rio-92, pautada em uma Dimensão Holística, ou seja, como sujeitos indissociáveis do ambiente, em uma relação de independência, onde se pode pensar o meio ambiente sem o homem, mas não o homem sem o meio ambiente. A Rio-92 incorporou a dimensão socioeconômica, política, cultural e histórica na complexidade do Meio Ambiente.

A evolução do conceito de Educação acontece por uma necessidade para solucionar as mazelas sociais, com a perspectiva de construir uma consciência prática fundamentada na Educação Ambiental. A educação Ambiental no Brasil parte de uma visão transformadora pela educação, tendo como ponto de partida o diálogo no exercício da cidadania, a partir de seus fundamentos há uma retomada do debate em prol de uma E.A, consciente, para tal, é preciso dar ouvido aos sujeito de fato que vivem essa sociedade, levando a superação da dominação capitalista.

Como bem falado por Paulo Freire (1996), nos educamos dialogando com nós mesmos, por meio de uma pedagogia Histórico Crítica, superando as relações impostas durante a transformações da sociedade primitiva, o coletivo iguala como iguais a partir das Ações com o conhecimento, ou seja, o saber aplicado na prática, de nada adianta o saber se não posto em ação,

é um compromisso com o outro, nas relações que enraízam, superando a condição de leigos, que hoje, distancia não apenas as classes sociais, mas fazem do meio ambiente, uma especulação, levando a compreensão de que a educação ambiental não é neutra, mas dialógica,, não se pode pensar pelo outro, mas podemos pensar em conjunto, é portanto neste diálogo, que a Educação Ambiental, leva a emancipação, dos sujeitos, saindo da condição servil, incentivando a solidariedade em um consciência ética.

Para Loureiro (2006), é preciso esclarecer alguns recortes que justifiquem suas reflexões quanto a uma E.A, assim aborda a Sociologia ambiental que se faz presente pela relação do sujeito e como historicamente, estes alteraram o Ambiente, para adequação as necessidades de cada período, o ambiente é pois onde os sujeitos sobrevivem e competem para sua permanência de existência, afinal somos natureza, desde a constituição orgânica, constituindo-se no ser teórico-prático, que transforma sua condição de vida pelo agir e pensar, em uma atuação política na sociedade, querendo ou não somos políticos, em nossas relações com o outro, levando assim a educação ambiental para uma discussão na dimensão do currículo, como uma atividade-meio, numa conjuntura estrutural de articular saberes.

Portanto uma necessidade das ações educacionais da atualidade é construir uma consciência ambiental, indo muito além da proteção ao meio ambiente, mas, que sejam ações de socialização dos sujeitos, em coletividade, em busca de condições de vida dignas para todos, e que esse todos, não seja passível de exclusão e sim de inclusão, independente de condição social, crenças ou qualquer outra condição que exprima uma diferença intransponível para indivíduos não conscientes, pois diante os tantos conhecimentos, não podemos regredir na formação de sujeitos não reflexivos, e esse não é o papel apenas da geografia, mas de todas as disciplinas, apesar de que comumente o ensino de geografia, que media os conceitos e a importância da educação ambiental.

7 O ENSINO DE GEOGRAFIA MEDIADO PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação nas comunidades rurais amazônicas tem uma dinâmica própria, ligada as suas raízes culturais e ao meio ambiente, neste sentido, o Ensino de Geografia é fundamental para uma nova visão, a partir de uma Educação Ambiental (E.A), visto que os conceitos de E.A ampliaram

as relações entre os sujeitos e os espaços geográficos, deixando a E.A de ser pensada apenas como mera defesa do meio ambiente.

Os avanços não apenas históricos da educação ambiental, mas sua legalização, e as lutas de vários grupos sociais, bem como estudos técnicos, levaram, a pautas importantes em defesa da proteção do Meio Ambiente, em sentido planetário, hoje não se pode mais desvincular as práticas humanas, de desastres ambientais, que se tornaram um verdadeiro calcanhar de Aquiles, para os Governos, em dimensão, municipal, estadual e federal, se fala em defesa de uma educação ambiental, porém é preciso dar suporte para que as práticas de educação ambiental sejam difundidas e exercitadas, como ações naturais, e não como paliativas diante a problemática visível mas ignorada.

Na comunidade Boa Esperança do Zé Açú, a Escola Municipal São José, vem através de seus docentes, desenvolvendo um trabalho pedagógico de conscientização e sensibilização na preservação do meio ambiente, nos seus espaços de socialização e uso comum, segundo os professores, não podemos mensurar onde começa e termina o meio ambiente, onde eu posso ou não descuidar, pois precisamos de todos os espaços, socializando que a educação ambiental vai muito além, de práticas de defesa do meio ambiente.

A educação ambiental são as relações que desempenhamos com o meio ambiente, pois é nosso espaço de convivência social, onde a vida acontece e não se pode conceber a vida humana, sem este espaço, o meio ambiente é de uso comum, porém, em muitos casos é visto como objeto de manipulação, onde ações degradantes e exploração dos recursos naturais dão lugar a diversos males que atingem diretamente nossa qualidade de vida.

Pensando nesta conjectura, a Escola Municipal São José, vem através de várias iniciativas, conciliando as práticas pedagógicas para uma difusão de ações que se incorporem a educação ambiental, uma delas teve sua culminância no dia 12 de novembro de 2019, através do projeto “Lendo, contando, ouvindo e recontando histórias”, uma iniciativa da professora de Língua Portuguesa Elimary Picanço, onde os discentes puderam fazer suas próprias produções textuais, diante contos, relatos e estórias e historias, que fazem parte da cultura local, além de desenvolver o gosto pela leitura de obras diversificadas, as quais foram socializadas em rodas de conversas, projetos como estes mostram como a E.A, vem se moldando como um conhecimento interdisciplinar, indispensável para o mundo deste século, as obras dos alunos mostram como

cada um, se percebe no seu processo de ensino, quais suas leituras de mundo, e como esta realidade influencia o modo como encaram o ambiente e suas relações com o mesmo, **imagem 2**.

Imagem 2: Encerramento do Projeto “Lendo, contando, ouvindo e recontando histórias”



Fonte: Apolo Hibson de S. Ferreira (2019)

Segundo a professora Elimary Picanço, o projeto teve impactos importantes na vida dos discentes, uma mudança observável, diante suas ações, e participação voluntária nas atividades propostas, nas palavras da professora:

O projeto teve impacto positivo na vida dos alunos, foi possível de se observar desde o início. Eu tinha alunos que não iam na frente de jeito nenhum, e ainda ficavam bravos comigo, agora já vão sem reclamar, eu fico patetando para eles, toda boba! (Elimary Picanço-Professora de língua portuguesa-Escola Municipal São José)

Outras ações desenvolvidas foram as programações sociais, em prol a formatura dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, essa iniciativa, serviu como meio de oportunizar a esses discentes um momento especial, onde a união tanto de discentes como de comunitários, demonstram bem as práticas das comunidades rurais, e conseqüentemente está ligada a educação ambiental, **imagem 3**.

Imagem 3: Formandos do 9º ano do Ensino Fundamental da escola São José



Fonte: Apolo Hibson de S. Ferreira (2019)

Outras ações como socialização em homenagem ao dia das crianças, no qual os discentes da Escola Municipal São José fizeram uma visita a comunidade Toledo Pizza, **imagens 4**, onde participaram, de diversas atividades recreativas, como futebol, queimada, vôlei entre muitas outras, esse intercâmbio, foi importante pois mostra práticas educacionais diferenciadas, agregando a interdisciplinaridade, pois para ações como essas reúnem-se os mais diversos sujeitos, advindos de múltiplas realidades, é preciso o apoio de todos os docentes e escola, além da ajuda da comunidade, para a realizações de ações como estas que visam proporcionar aos alunos, novas experiências, uma visão além daqueles limites do espaço formal de educação.

Imagem 4: Visita a Comunidade Toledo Pizza em comemoração ao dia da criança



Fonte: Apolo Hibson de S. Ferreira (2019)

A escola São José da colônia Boa Esperança, desenvolve entre suas ações culturais, a festa do Bozinho Famosinho, **imagens 5**, o qual reúne alunos, professores, escola e comunidade, em uma manifestação reverenciando, a arte e cultura local, promovendo iniciativas de conscientização ambiental, através da arte, música e dança, valorizando os artistas locais, visto que todas as indumentárias (fantasias), são confeccionadas por alunos, comunitários e funcionários da escola.

Como bem reforçam os docentes, e próprios comunitários em geral, a festa do Boi Famosinho, é de toda a comunidade, um momento de recreação e divertimento, além de ser uma ação que movimenta a economia local, e colabora para pequenas manutenções do educandário, visto que as escolas não possuem os recursos necessários à educação com qualidade, pois esta é a realidade de boa parte das comunidades rurais, principalmente as ribeirinhas, as quais não possuem estruturas físicas adequadas, e infelizmente, sem ações culturais como estas, por certo ficariam sem quaisquer recursos para atender as necessidades escolares.

Imagem 5: Festa Cultural da comunidade Boa Esperança, o Boi Famosinho



Fonte: Apolo Hibson de S. Ferreira (2019)

Através da festa do boi Famosinho, são trabalhados diversos conteúdos, desde o contexto histórico, do próprio auto do boi, das raízes vindas do nordeste, até a adaptação amazônica, onde a cultura indígena tem sua exaltação, os povos da floresta, estão ligados aos costumes, e práticas do cotidiano, pois não diferem da realidade vivenciada por todos os sujeitos da comunidade Boa Esperança do Zé Açú. O meio ambiente é sempre foco de preocupação, e estão nas temáticas de apresentação do Boi da escola, visto que atualmente a comunidade vem enfrentando diversos

problemas de caráter ambiental, sendo indispensável à conscientização dos moradores da comunidade, dentre um dos problemas mais graves está a questão do lixo.

Diante a questão se a Escola Municipal São José, está desempenhando uma educação em sentido mais amplo? A resposta é sim, está justamente nas ações propostas, o projeto de leituras e confecções de redações e poema, retratam bem que o trabalho dos professores para uma educação ambiental, que preconize a educação dos sujeitos, não apenas no intelecto, mas que esses possam desenvolver na prática a consciência de que a educação como bem falada por Loureiro (2006) e Dias (2004), vai muito além da natureza, está presente em todas as relações sociais, na cultura, na política, educação e saúde, é uma questão de nossas ações no mundo onde vivemos, e tudo o que fazemos reflete impactos no espaço, para tanto é necessária uma construção social, natural e principalmente de conscientização do nosso papel, da geografia, como meio de formação pedagógica, de construir didáticas que possam levar aos sujeitos, a se descobrirem, como único meio de transformação que o mundo necessita.

8 PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MEDIADA PELO ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DA COLÔNIA BOA ESPERANÇA DO ZÉ AÇÚ NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM: ANÁLISE DE DADOS

A dinâmica nas comunidades de Terra, Água e Floresta, vem se transformando diante as facilidades do mundo moderno, os modos de vida e a percepção do ambiente ganham uma nova paisagem, onde outrora existiram apenas casas de palha, madeira e barro, hoje se tornam cada vez mais comuns construções em alvenaria. Da vela, lamparina e lampião, cruzam nas matas postes e fios elétricos que conduzem energia elétrica para territórios até então tidos como ermos, a água carregada em baldes, deu lugar a tubulações encanadas, o árduo trabalho diário de andar longas distancias até a beirada do rio, foi substituída por um abrir de torneira. A caminhada ou o deslocamento com a canoa, bajara ou aquele pequeno barco para chegar até a comunidade mais próxima, em muitos casos já é feito por meio de bicicletas, motos e ônibus, em estradas que adentram a floresta, interligando sujeitos, historias e necessidades.

Os alimentos que dantes eram tirados das pescas nos rios e das caçadas embrenhadas na mata, aliados a agriculturas de subsistência deu lugar aos produtos industrializados, de fácil

acesso nos pequenos comércios das comunidades, o frango congelado e embutidos como salsichas, calabresas, e enlatados, se tornaram alimentos comuns nas comunidades da Amazônia, o leite de gado sendo substituídos pelo composto lácteo em pó, o uso do mel, da cana de açúcar, pelo pacote plástico de 1kg de açúcar, o suco natural da fruta apanhada do pé, ou o chá de plantas outrora cultivados nos quintais deram lugar aos pacote de café e aos sucos em pó, a macaxeira cozida pela manhã, a farinha de tapioca, o beiju de mandioca, o fritinho de crueira, que fazia parte do café da manhã, assim como da merenda ou mesmo aquele peixe frito ou assado da manhã, antes de ir para a lida na roça, deram lugar a bolacha água e sal, ao pão e a torrada, na merenda da tarde a comunidade, passou a consumir às bolachas recheadas, salgadinhos industrializados e o refrigerante, se tornaram o desejo de consumo diário das crianças pequenas, assim como de jovens e adultos.

Os meios de comunicação que encurtaram distâncias, o computador por meio da internet, a telefonia fixa (os orelhões) e a móvel por meio do celular, facilitaram o falar com o outro algo mais proximal, a televisão se torna a vitrine do mundo para os sujeitos das comunidades, e logo, atualizando estes telespectadores assíduos e influenciando em seus modos de consumo, na linguagem, nos gostos pessoais de cada indivíduo, no entanto ainda percebem-se resistências, como o radinho de pilha, levando recados dos comunitários a seus destinatários nas mais distantes comunidades, e ainda é na atualidade o meio de comunicação mais significativo do homem amazônico.

Com os avanços das comodidades na vida da comunidade, também cresce a demanda por instrução, a educação passa a ter uma importância fundamental para a transformação do futuro dos jovens comunitários, porém a educação é desafiadora, as distancias que se encurtaram pelas comunicações, se apresentam quando se esperam por políticas públicas de investimentos no ensino, começando pelas estruturas físicas dos espaços formativos na Amazônia.

Geralmente nas escolas ribeirinhas, a escola é um barracão, com um professor ou poucos professores, o modelo de ensino muitas vezes é multiseriado, onde diferentes sujeitos, em diferentes estágios e níveis de conhecimentos dividem o mesmo espaço, cabendo ao docente buscar maneiras de socializar didáticas que venham suprir esta realidade, aliado a isso, ainda há o descaso com o educador, como baixos salários, condições insalubres de vida, falta de apoio, materiais e suportes básicos para a atividade educacional. Ainda há casos em que o professor não

tem formação acadêmica, apenas formação de nível fundamental ou ensino médio completo, atuando como professor leigo, fazendo da prática, sua teoria de ensino aprendizagem.

Os discentes se veem muitas das vezes perdidos diante o processo educacional, assim como os professores tem dificuldades, quanto às condições básicas para o desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, o aluno também sofre com a falta de recursos para o material didático, aliado a isto, as distâncias, que muitos alunos percorrem até a escola. A fase de descobertas e mudanças levam muitos jovens ao envolvimento com bebidas alcoólicas, sendo esta uma das drogas lícitas que vem crescendo o seu consumo nas comunidades, gerando sérios problemas sociais, em outros casos a chegada de drogas pesadas como maconha e outros entorpecentes, provocam ondas de medo e terror nas comunidades e conseqüentemente, aumentando o número de pequenos delitos.

A escola se torna para uns um meio de transformação, o qual é valorizado por pais e avós, neste sentido a educação nas comunidades amazônicas tem uma importância própria, e para muitos de seus jovens uma saída da vida campesina, na atualidade, em muitas comunidades, vem acontecendo o êxodo do campo para a cidade, o que muitas vezes pode parecer uma desvalorização do campo, em muitos casos é a tentativa de uma vida melhor e com menos desigualdades, e diante a busca de qualidade de vida e novos horizontes, os jovens vão para a cidade em busca de trabalho e estudos, e poucos voltam para morar na comunidade, outros apenas visitam. Infelizmente, ainda são poucas as instituições de ensino que incentivam a formação dos sujeitos do campo, para que estes possam usufruir financeiramente do ambiente de modo sustentável, as políticas públicas são esporádicas, geralmente em tempos de pleito eleitoral, no mais, a vida no campo, ainda é a resistência dos sujeitos da terra, água e floresta.

Fora pensando nestas perspectivas das comunidades e suas múltiplas realidades que se desenvolveu a pesquisa de campo, onde foram realizadas visitas técnicas a Comunidade Colônia Boa esperança do Zé Açú, para conhecer os sujeitos reais da comunidade suas relações com meio ambiente, e como está sendo desenvolvido o ensino de geografia na escola Municipal São José e como esses conhecimentos estão diretamente ligados a educação ambiental, visto que os moradores da comunidade são sujeitos da terra, água e floresta.

O ensino de geografia é comumente associado às práticas de educação ambiental, o que não corresponde à realidade dos seus novos conceitos, a visão reducionista vem sendo substituída paulatinamente, e diante as novas perspectivas de interdisciplinaridade é possível compreender a

importância da educação ambiental mediada pelo ensino de geografia na vida dos sujeitos, principalmente daqueles que vivem nas comunidades da Amazônia, e dessa maneira levar os discentes das comunidades da terra, água e floresta, a ter novos olhares de suas realidades e meios de se tornarem sujeitos ativos em sua comunidade.

Em visita técnica a Escola Municipal São José buscou-se compreender como os alunos se percebem enquanto sujeitos e sua interação com o meio ambiente, propusemos uma roda de conversa onde foram socializados conhecimentos acerca da agricultura, pesca e meio ambiente, com o intuito de aproximar os conhecimentos da realidade prática dos discentes. E a partir da roda de conversa, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas para assim conhecer o modo de percepção de si e das relações socioambientais dos sujeitos discentes com a comunidade.

A pesquisa contou como sujeitos participantes os discentes de geografia da turma do professor Apollo de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, abrangendo um universo de 43 discentes (**imagem 06**), os quais expuseram suas percepções diante a realidade percebida e vivenciada na escola, bem como na comunidade.

Imagem 06: Discentes da roda de conversa sobre Meio Ambiente e Ensino de Geografia.



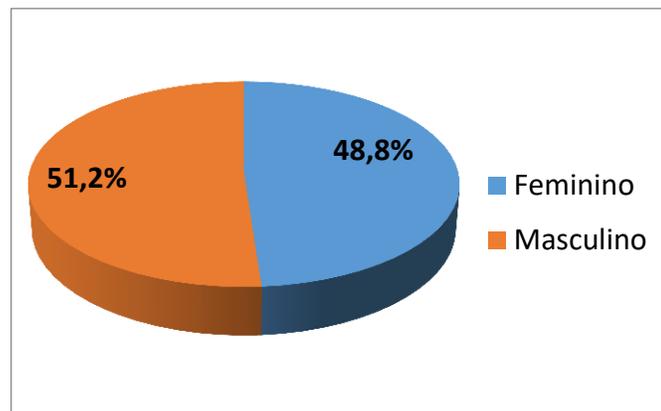
Fonte: Julianne L. Silva. Pesquisa de Campo (2019)

As escolas em comunidades Amazônicas são frequentadas por diferentes sujeitos, advindos das redondezas da comunidade, visto que as escolas são escassas, muitos dos discentes

precisam conduzir-se de longas distâncias para a escola, na Escola São José não é diferente, um dos meios de transporte utilizados pelos alunos que moram distantes da escola é o ônibus escolar, que faz o transporte dos discentes, dentre os entrevistados, constatou-se que dos discentes participantes da pesquisa, 51,2 % dos entrevistados são do sexo masculino em relação aos 48,8% dos arguidos são do sexo feminino, **gráfico 1**.

Diante estes dados, as disparidades são poucas, há o incentivo igualitário a ambos os sexos, a escola e seus professores buscam incentivar por meio de estudos dirigidos, projetos de leituras e escrita e por meio de esporte. As oportunidades são incentivadas igualmente, para que cada sujeito possa desenvolver suas habilidades e competências, respeitando as diferenças de gênero, na expectativa que cada um se veja de acordo como se percebe, sem estereótipo, onde se diferenciam homens e mulheres, é preciso compreender que na sociedade atual a mulher conquistou seu espaço nos mais diferentes setores, isso não acontece apenas nas grandes cidades, nas comunidades da terra, água e floresta, todos os sujeitos tem importante papel para a manutenção de diferentes olhares e atuam nas transformações conscientes da vida comunitária.

Gráfico 1: Sexo dos sujeitos da pesquisa na escola Municipal São José



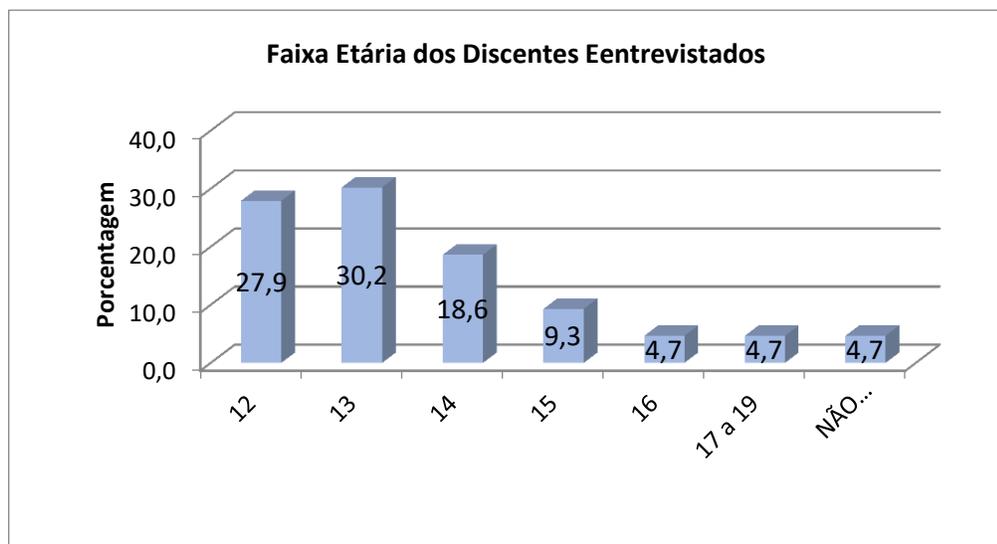
Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

Os discentes entrevistados estão na faixa etária entre 12 a 19 anos como mostra o **gráfico 2**, sendo que deste universo 27,9% dos arguidos estão com 12 anos de idade, discentes com 13 anos, abrangem um total de 30,2%, já 18,6%, encontram-se atualmente com 14 anos, com 15 anos estão 9,3% dos entrevistados, aparece o quantitativo de 4,7% do alunato com 16 anos, 4,7% dos discentes estão entre 17 a 19 anos e 4,7% dos entrevistados não responderam a questão. O que se percebe é pluralidade de sujeitos, em sua maioria os entrevistados estão com 13 anos,

seguidos daqueles com 12 anos e poucos são os discentes entre 17 a 19 anos, visto que a escola São José atende apenas alunos do ensino fundamental, posto que não há ensino médio na comunidade, geralmente os discentes tendem-se a deslocar-se para a sede do município para dar prosseguimento a escolarização.

Para muitos políticos, incorporar o ensino médio nas comunidades distantes da sede urbana, não se torna viável, pois a demanda quantitativa de alunos, não atinge um número significativo. Esta visão descomprometida é um dos motivos que leva famílias inteiras a saírem das comunidades. É preciso repensar, as políticas públicas de ensino para as populações da terra, água e floresta, pois a saída do interior acaba por gerar sujeitos aglomerados, ocupando terras devolutas, onde as lutas se prolongam diante os jogos políticos de poder.

Gráfico 2: Faixa etária dos discentes entrevistados da E. M. São José



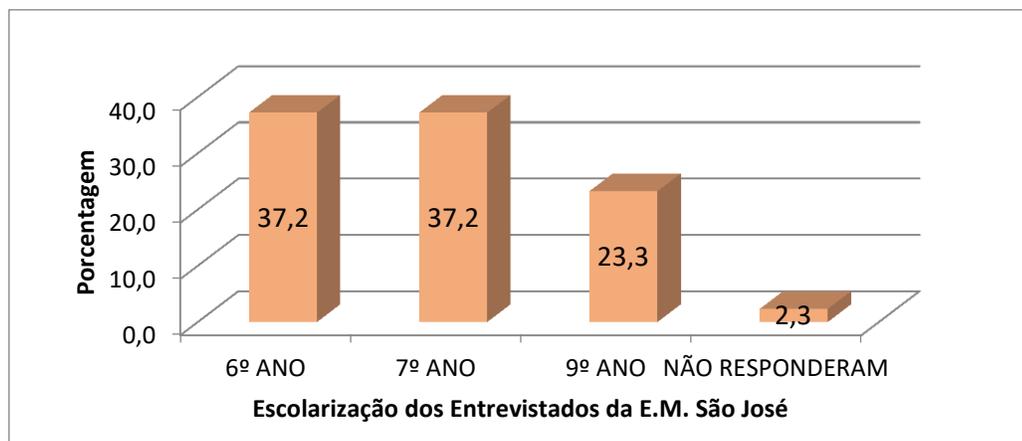
Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

A Escola Municipal São José da comunidade Boa Esperança do Zé Açú, atende discentes do ensino fundamental até o 9º ano, sendo computados para esta pesquisa, discentes entre o 6º e o 9º do ensino fundamental, **gráfico 3**, respaldando, as séries compatíveis na formação de Licenciatura elencada no curso de Geografia do CESP-UEA, para as análises que se seguem dos entrevistados, 37,2% estão no 6º ano, o mesmo quantitativo de 37,2% cursam o 7º ano, no 9º estão cerca de 23,3% dos discentes, 2,3% do alunato não responderam a questão.

Em sua maioria o alunato está entre o 6º e 7º ano, e oriundos de diversas áreas adjacentes à comunidade Boa Esperança, o ensino é uma vitória, para a comunidade, visto que diante todas

as necessidades, ainda há professores comprometidos com o ensino, como bem falado pelos comunitários. Cada professor que chega a comunidade é uma vitória, pois se sabe que não é fácil, sair de uma realidade urbana e se instalar em um lugar distante, indo apenas esporadicamente ao centro urbano, e aliado a isso, a precariedade do salário que não compensa. Os comunitários se dizem cientes, que os docentes estão ali, mais para ganhar experiência, que na primeira oportunidade de lecionar em uma escola urbana, os mesmos deixarão apenas lembranças, na vida dos comunitários e alunos.

Gráfico 3: Escolarização dos discentes entrevistados da E.M. São José



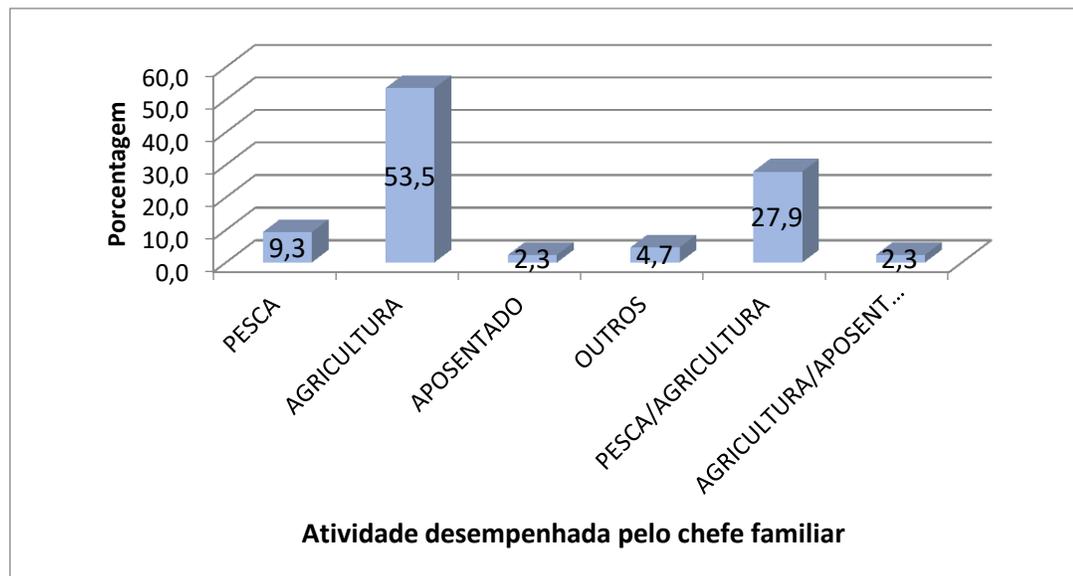
Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

Ao questionar os discentes sobre a atividade desempenhada pelo chefe familiar, para o sustento da família, o **gráfico 4**, mostra que a agricultura ainda é a principal atividade desempenhada na comunidade com 53,5% das famílias dos discentes trabalhando neste setor, dentre os cultivos da Colônia Boa Esperança do Zé Açú estão a mandioca, para a produção da farinha, que é o principal produto da comunidade, seguido do plantio da banana, sendo esses dois produtos, que sustentam a economia produtiva da localidade, a pesca aliada com a agricultura, corresponde a 27,9% das atividades das famílias dos discentes, porém a pesca segundo os entrevistados, é em geral para a alimentação, pelo fato do pescado está cada vez mais difícil.

Um dos motivos da baixa quantidade de peixes se justifica pela comunidade estar localizada em um rio de águas pretas, a acidez dessas águas e os baixos níveis de nutrientes, corroboram para uma pesca insubstancial. A pesca comercial representa a atividade desempenhada pela família de 9,3% dos entrevistados, os quais ressaltam que neste sentido, pai, irmãos, passam dias ausentes para se dedicarem a pesca em lagos distantes, e posteriormente a

venda do pescado, voltam para casa dias depois, já com o dinheiro apurado na transação, porém, não é o suficiente para o sustento familiar. A vida não é fácil para estes sujeitos, que ainda resistem e persistem na vida do campo, 4,7% dos arguidos dizem que a renda familiar vem de atividades diferenciadas da pesca e agricultura, 2,3% tem na aposentadoria a única renda familiar e outros 2,3% além da aposentadoria, tem na agricultura um completo na renda familiar.

Gráfico 4: Atividade desempenhada pelo chefe familiar dos discentes da E.M São José



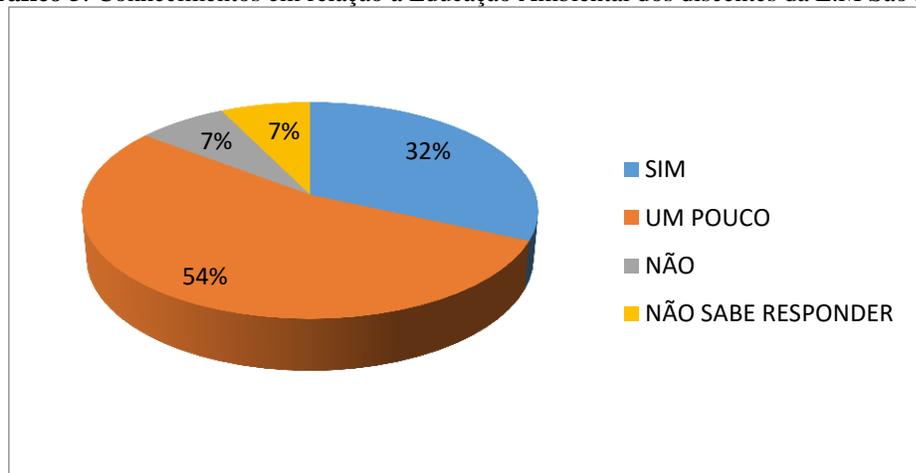
Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

Quanto aos conhecimentos referentes à Educação Ambiental em seu sentido mais amplo constatou-se diante o **gráfico 5**, que 54% dos discentes não souberam responder a questão, neste sentido percebe-se que a Educação Ambiental, ainda é um assunto não explorado de modo significativo, é preciso motivar os discentes a refletir o que é uma educação ambiental, indo muito além do naturalismo, da natureza e sim em seu conceito político, social e cultural, para que se desenvolvam na criticidade e na busca de melhores condições de vida, fazer valer seus direitos, como acesso a saúde, infraestrutura educacional, não apenas de prédios e materiais didáticos, que vá para além do acesso a formação, que preze pela permanência de alunos e professores em sala de aula, e todas essas mudanças passam necessariamente por uma educação ambiental.

A concepção de Educação ambiental é concebida por 32% dos entrevistados, e para estes o ensino de geografia teve papel fundamental para esta consciência, não apenas por meio de trabalhos escolares, leituras, mas pelas práticas que são incorporadas a refletir sobre impactos na

comunidade, dentre as reflexões mencionadas pelos discentes estão as lixeiras viciadas e as queimadas. Do alunato 7% dizem ter pouco conhecimento sobre a temática da E.A, enquanto 7% afirmaram não ter conhecimento sobre o que seja a educação ambiental. Diante das respostas dos estudantes, é preciso repensar, não apenas sobre o ensino de geografia, mas pensar no trabalho interdisciplinar desenvolvido na escola, visto que a E.A, é um tema transversal e não se pode eximir de falar dos impactos sociais, ambientais, políticos e culturais, independente do lugar, de sua origem, é preciso compreender que todos fazem parte do mesmo mundo.

Gráfico 5: Conhecimentos em relação a Educação Ambiental dos discentes da E.M São José



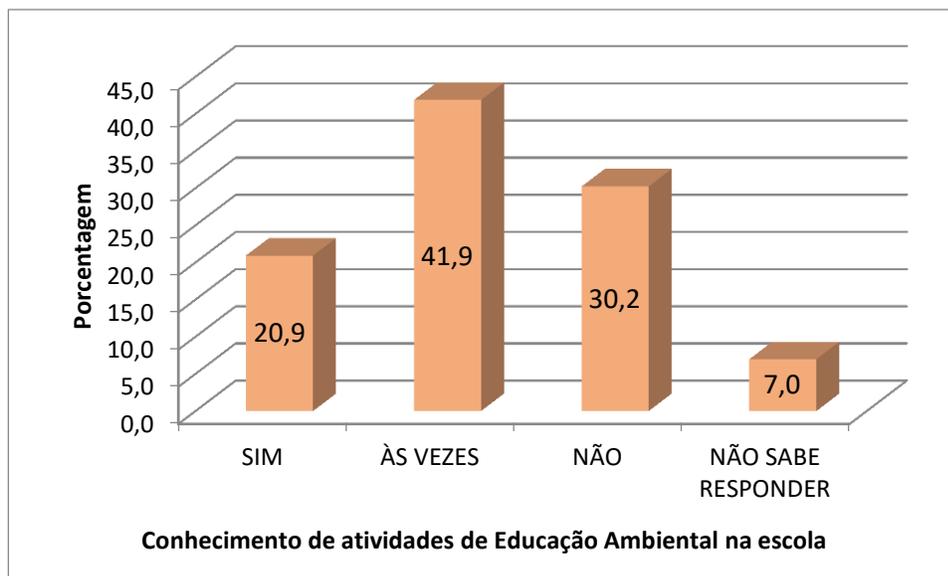
Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

Na questão sobre o conhecimento de ações desenvolvidas pela escola quanto a E.A, constatou-se como explicitado pelo **gráfico 6**, que 41,9% dos alunos conhecem alguma atividade desenvolvida pela escola em relação a E.A, geralmente voltadas para a consciência da preservação de rios e das florestas, da fauna terrestre e aquática, ao ver de 30,2%, dos estudantes a escola não desenvolve atividades de E.A, enquanto que para 20,9% dos entrevistados, a escola atua com projetos e socialização sobre E.A, 7% dos alunos não souberam responder a questão, segundo estes não conseguem evidenciar práticas de educação ambiental que seja interdisciplinar.

Por meio das colocações dos estudantes, fora possível perceber que a escola da comunidade, não difere das escolas urbanas, as quais tem problemas de socializar a educação ambiental como um assunto transversal, muitas das vezes o grande embate está em delegar apenas ao professor de geografia a incumbência de construir projetos de educação ambiental, para muitos a educação ambiental é um assunto específico de áreas de estudos naturais, ou seja,

da geografia, biologia e ciências, o que leva em muitos casos ao reducionismo da E.A, a meras idealizações de proteção ao meio ambiente especificado.

Gráfico 6: Conhecimentos de atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na E.M São José

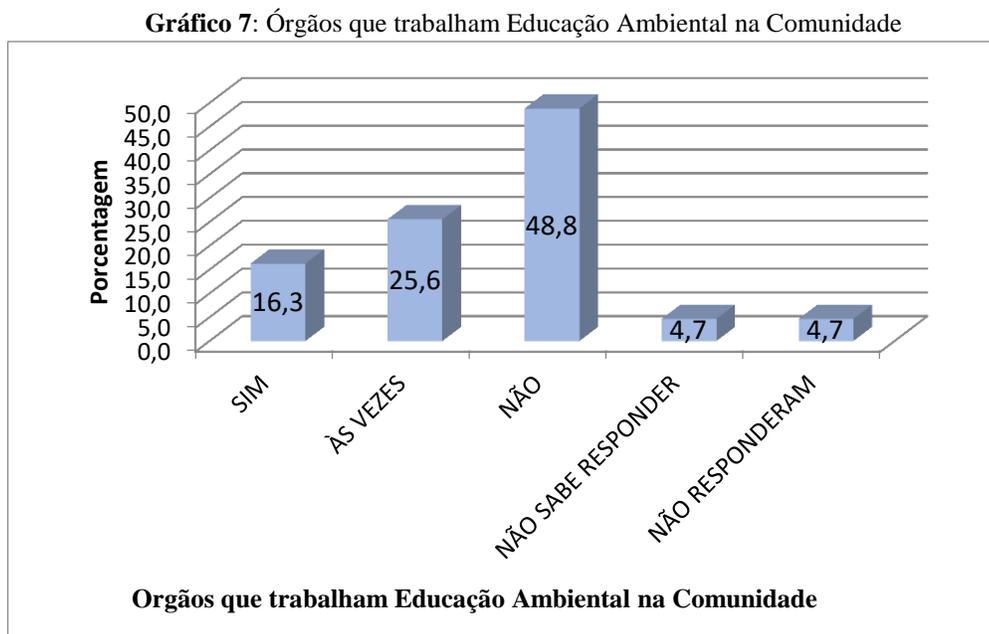


Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

A preservação do meio ambiente e as políticas públicas de ações de combate à degradação e uso indiscriminado dos recursos naturais, não deve ser uma tarefa apenas da escola, de sujeitos para sujeitos, é preciso iniciativas governamentais, visto que estes órgãos do governo suprem as necessidades legais de sanções contra aqueles que agridem o meio ambiente. Para tal foi questionado aos discentes da escola São José, se há programas assistenciais de E.A desenvolvidos por algum órgão governamental ou não, constatando-se no **gráfico 7** que, 48, % afirmam que não há projetos ou ações de educação ambiental por órgãos governamentais, muito menos por organizações não governamentais.

Para 25,6%, às vezes acontecem ações sobre educação ambiental, porém, muito esporadicamente, geralmente quando realizadas por trabalhos de universidades, pois pela administração pública são muito raras. Do alunato arguido nesta pesquisa 16,3% dizem já ter presenciado ações de educação ambiental por órgãos públicos, um deles mencionados pelos alunos, é a questão do agente de saúde, que acompanha os moradores da comunidade, os quais fazem a ponte entre médico e paciente, visto que muitos idosos principalmente dificilmente conseguem se deslocar para consultas de sua na cidade, 4,7% não souberam responder, assim

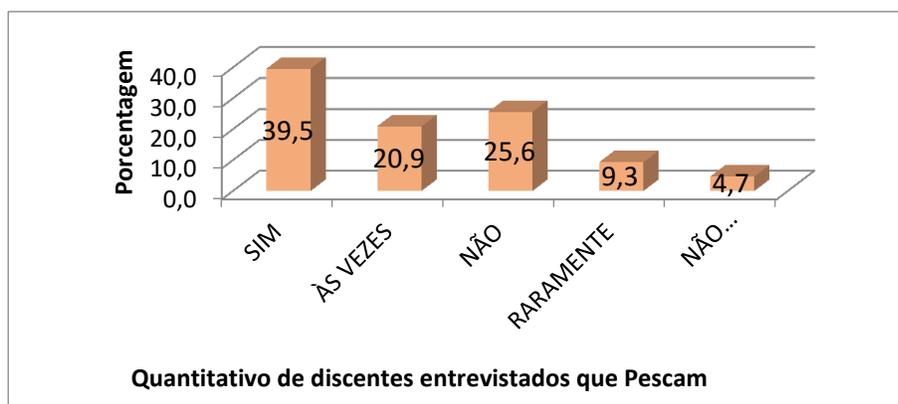
como 4,75% não responderam a questão, visto que as ações que acontecem, nem sempre atingem todos os comunitários.



Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

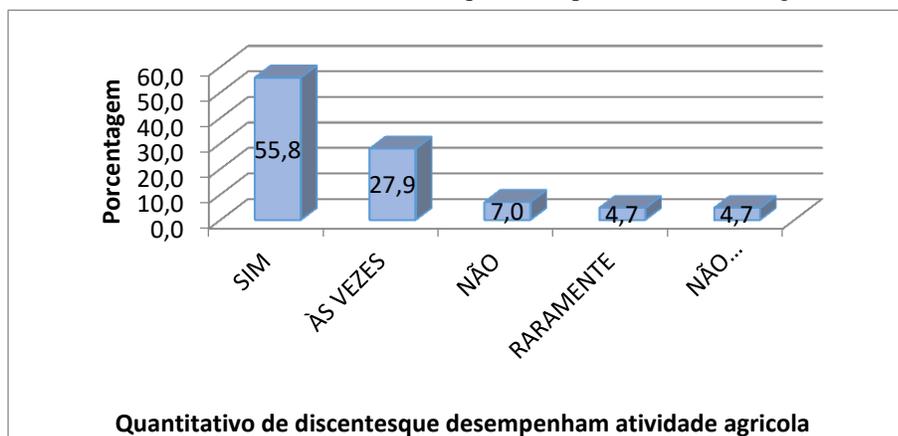
A realidade dos discentes da terra, água e florestas se diferenciam em suas relações com o lugar, parte integrante de seu modo de vida, neste sentido, buscou-se identificar dentre os estudantes aqueles que tem na pesca uma de suas atividades coletivas familiar, o pescar é algo natural na vida dos sujeitos do campo, assim mostra o **gráfico 8**, que 39,5% dos entrevistados, pescam regularmente, como meio de ajudar na alimentação familiar, para eles a pesca tem uma relação com a liberdade, onde cada indivíduo exerce um papel importante na sua relação com o outro, surpreendentemente 25,6% dos alunos, já não praticam a pesca, uma cultura que pouco a pouco dá celeridade a modos citadinos, já 20,9% afirmam que as vezes pescam. Em muitos casos, os pais preferem que os filhos estudem, ficando a pesca como um afazer apenas do chefe familiar.

Os alunos que raramente pescam na atualidade somam 9,3% dos entrevistados, 4,7% não responderam a questão, por mais que muitas comodidades já tenham chegado a comunidade a pesca é algo identitária que por certo permanecerá sempre como uma ação dos sujeitos do campo.

Gráfico 8: Quantitativo de discentes entrevistados que desempenham a Pesca

Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

Assim como a pesca é algo muito próprio dos sujeitos ribeirinhos, a agricultura também está enraizada como necessidade primária na lida diária dos comunitários da Amazônia, e os discentes da Escola Municipal São José somam o quantitativo expressivo de 55,8% dos sujeitos que lidam diretamente com a agricultura, comprovando que a agricultura é um dos meios econômicos da localidade, o **gráfico 9**, ainda mostra que 27,9% dos alunos não exercem trabalho direto na roça, 7% afirmam não desempenhar a atividade, 4,7 % responderam que raramente desempenham a agricultura e 4,7% , não responderam a questão. Segundo os comunitários e o próprio alunato, o envolvimento de jovens com a agricultura nos últimos anos, diminuiu, para muitos o trabalho é cansativo e exaustante, e dispersam os jovens para outras atividades, uma que muitas vezes, os tiram do campo, porém o campo não sai desses sujeitos.

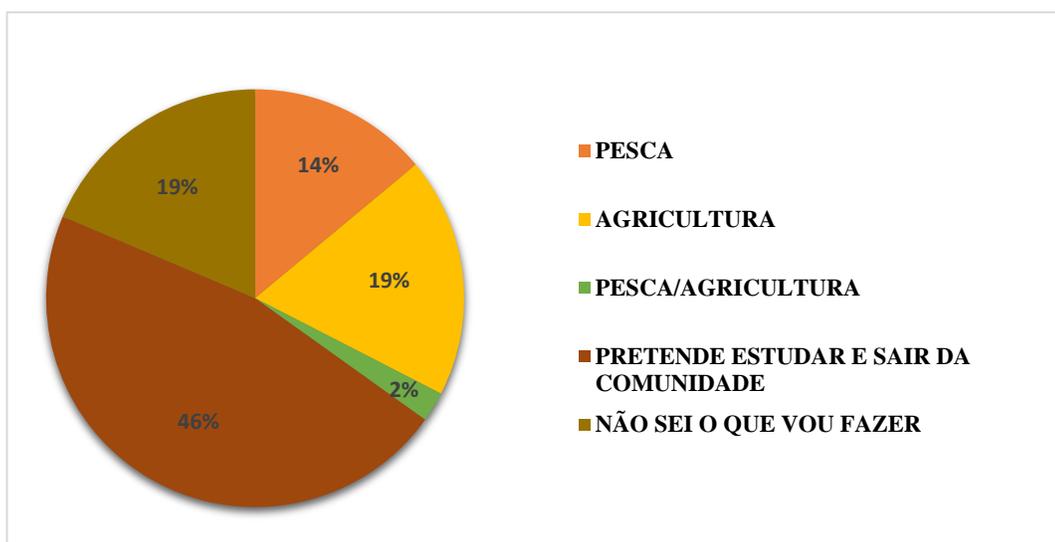
Gráfico 9: Quantitativo de discentes que desempenham atividade agrícola

Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

Quando questionados sobre seus futuros, os discentes expressaram como se viam, assim o **gráfico 10**, mostra que 46,5% pretendem estudar e sair da comunidade, para muitos a lida do campo, aliado ao abandono do governo e as faltas de saúde, educação e emprego, é o principal motivo que os impulsionam para seguir seus estudos, a realidade para os jovens da escola São José, é que o futuro passa justamente pelas mudanças, da saída da comunidade para o estudo do ensino médio, visto que ainda não há ensino médio na comunidade.

A agricultura é a opção de 19% dos jovens comunitários, e para muitos deles esta é uma prática diária em suas vidas e apenas será mais uma extensão no futuro, enquanto que outros 19% veem na agricultura um meio de sustentação, ou mesmo, é prática do modo familiar de onde estão inseridos, 14% afirmam que utilizam a pesca para subsistência, ou como meio de trabalho, e 2% dos arguidos expressam sua visão de futuro, trabalhando tanto com a pesca para sustento e venda do pescado, como na labuta na agricultura, neste sentido uma formação respaldada na educação ambiental, se torna de fundamental importância para a vida desses jovens estudantes da Escola São José, mas não desassociar o futuro da necessidade do educar, apreender, pois o conhecimento fortalece a construção das práticas para um futuro menos desigual para si.

Gráfico 10: Atividades que os discentes pretendem desenvolver futuramente



Fonte: Trabalho de Campo na comunidade Boa Esperança do Zé Açú no Município de Parintins-AM (2019)

É a partir dos sujeitos, que podemos vislumbrar as necessidades impostas pela localidade, pelas faltas de estruturas que o mundo moderno acaba por tornar, naturais e muitas vezes

indispensáveis a uma prática saudável do viver. Os estudantes da Escola Municipal São José, trazem em si, uma verdade nobre, do lutar e persistir, diante as dificuldades que se apresentam.

Assim apurou-se através dos dados desta pesquisa que do universo de entrevistados, 51,2 % são do sexo masculino, 30,2% dos discentes estão com 13 anos, 37,2% estão no 6º ano, o mesmo quantitativo de 37,2% estão no 7º ano, sendo um quantitativo de 32 alunos dessas duas turmas. A agricultura aparece como principal atividade de trabalho na comunidade com 53,5% das famílias dos discentes trabalhando neste setor; quanto aos conhecimentos referentes a Educação Ambiental em seu sentido mais 54% dos discentes não souberam responder a questão; 41,9% dos alunos conhecem alguma atividade desenvolvida pela escola em relação a E.A e 48, % afirmam a falta de políticas ambientais e sociais por órgãos governamentais ou não na comunidade Boa Esperança. 39,5% dos entrevistados pescam regularmente e 55,8% dos discentes lidam diretamente com a agricultura e por fim, 46,5% dos alunos entrevistados pretendem estudar e sair da comunidade, na tentativa de um futuro, recriado através do conhecimento, buscando um novo horizonte.

Diante a realidade compreende-se que as comunidades da terra, água e florestas, são exemplos claros de um ensino pautado no compromisso entre aluno, professor, escola e família junto com a E.A. Diante as realidades vivenciadas pelos alunos e comunitários da comunidade Boa Esperança algumas situações vem se tornando problemáticas, uma delas é o descarte de resíduos sólidos, e aliado a isso surge também a questão do material biológico e seu descarte.

8.1 COMPREENSÕES DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA COMUNIDADE NA VISÃO DOS DISCENTES

O lixo atualmente se tornou um dos grandes problemas no mundo, ele está em todo lugar, até mesmo nos lugares mais distantes dos aglomerados urbanos, logo pensar que o lixo é um problema apenas das grandes cidades é esquecer que todos nós enquanto sujeitos sociais, humanos e consumistas produzimos resíduos das mais diversas naturezas, sejam, orgânicos, tecnológicos ou biológicos. Se há consumo, há descarte, se há descarte, há lixo, e se há lixo, onde se descartam esses resíduos?

É preciso ser consciente e entender que nada se joga fora, pois não existe fora, tudo se joga dentro do mundo, o planeta não tem uma lixeira externa a ele, dessa maneira, é mais do que

urgente, novas estratégias e uma consciência ambiental, reduzindo ao máximo a produção de resíduos sólidos, e o uso desenfreado de produtos que agriam o ecossistema, neste sentido, as novas engenharias tecnológicas na produção de bens de consumo, estão buscando se adaptarem a consciência ecológica dos novos tempos, desse modo, a criação de produtos biodegradáveis está se tornando uma opção viável, não mais apenas por uma questão de preservação do meio ambiente, mas pelo marketing verde, que vem crescendo nos mercados internacionais e conseqüentemente, chegam aos mais diversos espaços sociais.

Pensar na Amazônia apenas como espaço natural, é ignorar a existência dos povos da Amazônia, das inúmeras cidades e comunidades existentes nesta vasta floresta, e pensar nestes sujeitos, é refletir sobre a produção de resíduos sólidos, visto que as práticas consumistas em nada diferem dos aglomerados e espaços citadinos. Quando se fala do contexto rural temos uma visão da relação sujeito-natureza, como se este, tirasse da natureza todas as suas necessidades, os sujeitos do campo, são tão consumistas de produtos oriundos da industrialização como qualquer outro cidadão, principalmente o consumo de insumos de primeiras necessidades, como café, açúcar, arroz, feijão, macarrão, além de produtos de higiene e limpeza e em muitos casos até mesmo alimentos como carne, frango e enlatados, se tornaram gêneros comuns na vida dos comunitários ribeirinhos da Amazônia, por conseguinte ao consumo haverá o descarte, o problema é: Onde será descartado o lixo? Visto que nem ao menos em cidades médias da Amazônia existem os aterros controlados, em sua maioria, são apenas aglomerados de resíduos em um lugar determinado.

O lixo não é uma problemática apenas das políticas públicas, é responsabilidade de todos os sujeitos que produzem resíduos sólidos, a conscientização e sensibilização destes é o diferencial, neste sentido é preciso conhecer os ditames legais que configuram as ações, deveres e sanções referentes aos descartes do nosso lixo de cada dia, sabendo que existe uma legislação que abarque tal necessidade. Quanto a caracterização dos resíduos sólidos, para Brasil (2010), os resíduos sólidos se caracterizam como sendo, materiais, substâncias ou objetos oriundos do uso e descarte da atividade humana.

No preambulo legal, os resíduos sólidos estão constituídos na Lei 12.305 promulgada em 02 de agosto de 2010, constituindo-se nas Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos (PNRS), tendo para efeito de lei os resíduos sólidos classificados de acordo com sua origem, periculosidade, além de suscitar ações planejadas de descartes dos resíduos sólidos, bem como metas a serem

atingidas em curto, médio e longo prazo, além de convencionar os geradores de lixo, sendo segundo a lei em seu Capítulo II, das definições no art. 3º e inciso IX que os geradores de lixo são “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo”, dessa maneira somos todos responsáveis pelos resíduos sólidos que produzimos.

É preciso a compreensão quanto à diferença entre resíduo sólido e lixo, no que tange as nomenclaturas, Santos (2002), concebe que lixo, é todo material não passível de reciclagem ou aproveitamento, tido como sujeira, coisas inúteis, a qual não é dado valor, comumente o que é jogado fora, e no mundo atual, onde o consumo de produtos se tornou de fácil acesso, os sujeitos, acabam substituindo objetos de acordo com suas conveniências econômicas, ou por puro modismo, diante as novas tendências impostas pelo mercado, que vem criando e recriando as necessidades de seus clientes.

Os resíduos sólidos segundo Brasil (2010), é todo material, que pode ser reciclado e reaproveitado, neste caso incluem-se o alumínio, vidro, componentes de eletroeletrônicos, os quais tem em sua composição metais preciosos, como ouro, prata, silício entre outros, é importante pensar na reciclagem, visto que toda matéria-prima, provém do meio ambiente, os recursos naturais não são infinitos, hoje, percebe-se o quanto o uso indiscriminado vem afetando a vida de todas as populações, tanto humana, quanto animal, as reservas de materiais usados para produção de bens de consumo estão se exaurindo, o que acarretará num futuro não tão longe, a supervalorização diante a lei da oferta e da procura.

Na comunidade colônia Boa Esperança do Zé Açú, os resíduos sólidos, vem se tornando um agravante na vida de seus comunitários, o lixo não tem uma destinação certo, ou mesmo tratamento, o que acaba por gerar lixeiras viciadas em vários pontos um pouco distantes da comunidade, ou mesmo em áreas próximas as residências, **imagem 7**, porém é necessário refletir o porquê deste acontecimento, posto que os resíduos sólidos da comunidade, são resultados de seus próprios comunitários, o que sugere a falta de consciência e sensibilidade ambiental, ressaltando outra questão importante: Será que os moradores da colônia Boa Esperança tiveram acesso a programas educacionais e de conscientização, bem como de uso e descartes de resíduos sólidos? Comumente nestas localidades afastadas do perímetro urbano, se espera muito das escolas e professores nesta provocação da tomada de consciência sobre o lixo no meio ambiente,

porém sem dar suportes necessários. Fala-se de descarte correto e coleta seletiva, mas onde e como?

Imagem 07: Lixeira depositada na comunidade.



Fonte: Julianne L. Silva. Pesquisa de Campo (2019)

Os resíduos sólidos em sua maioria na comunidade Boa Esperança, advêm do uso industrial, embalagens plásticas e enlatados vão parar nas lixeiras viciadas, o aumento significativo de resíduos sólidos nas comunidades na atualidade é um reflexo do desenvolvimento da Amazônia ao longo dos tempos, principalmente em relação a capital Manaus, o maior acesso de produtos alimentícios geram resíduos muitas das vezes incomuns, como pode ser observado na **imagem 8**. A lixeira que fica próxima à escola da comunidade, mostra como aspectos da vida urbana estão presentes na comunidade, copos descartáveis, garrafas de refrigerante, salgadinhos industrializados, nos levam a pensar, qual a qualidade de vida dos moradores de zonas rurais e dos ribeirinhos, que muitas das vezes acabam substituindo uma alimentação saudável, por uma alimentação industrializada.

Imagem 08: Lixeira nas proximidades da Escola São José do Zé Açú



Fonte: Julianne L. Silva. Pesquisa de Campo (2019)

Algo citado por alunos e professores, que é prática comum nas comunidades rurais amazônicas e ribeirinhas e que afeta significativamente a saúde, o meio ambiente e ainda agride o solo, são as queimadas, e não são apenas para a limpeza do terreno para a plantação, mas também o meio pelo qual os moradores se desfazem do lixo, provocando incidentes de tosse, asma, mal estar pela inalação da fumaça que não tem hora certa para acontecer, os moradores dizem que se não queimarem o lixo, ele vai se acumular. Para os mais antigos, a queima é natural e não afeta o meio ambiente, neste caso é preciso repensar, as atitudes tomadas pelos comunitários, e a escola e professores são fundamentais para a tomada de consciência, e mostrar as consequências desta atividade em longo prazo.

Por meio da educação, ensino e das ações de projeto, Loureiro (2006), fala que se podem desenvolver um novo olhar sobre o meio ambiente, a reflexão de nossas ações é que mudarão as práticas de atuação sobre o meio ambiente. E isso deve ser uma ação contínua e não esporádica como vem acontecendo em muitas instituições, privadas e públicas, que apenas promovem certos projetos durante um evento, ou próximo a datas em alusão ao meio ambiente, neste caso uma luta vazia, pois a educação ambiental é uma prática diária, como bem fala Dias (2004), foi diante essa reflexão por meio da roda de conversa, que os alunos expuseram suas reflexões sobre o meio ambiente e seu espaço geográfico, sendo a comunidade seu lugar de pertencimento.

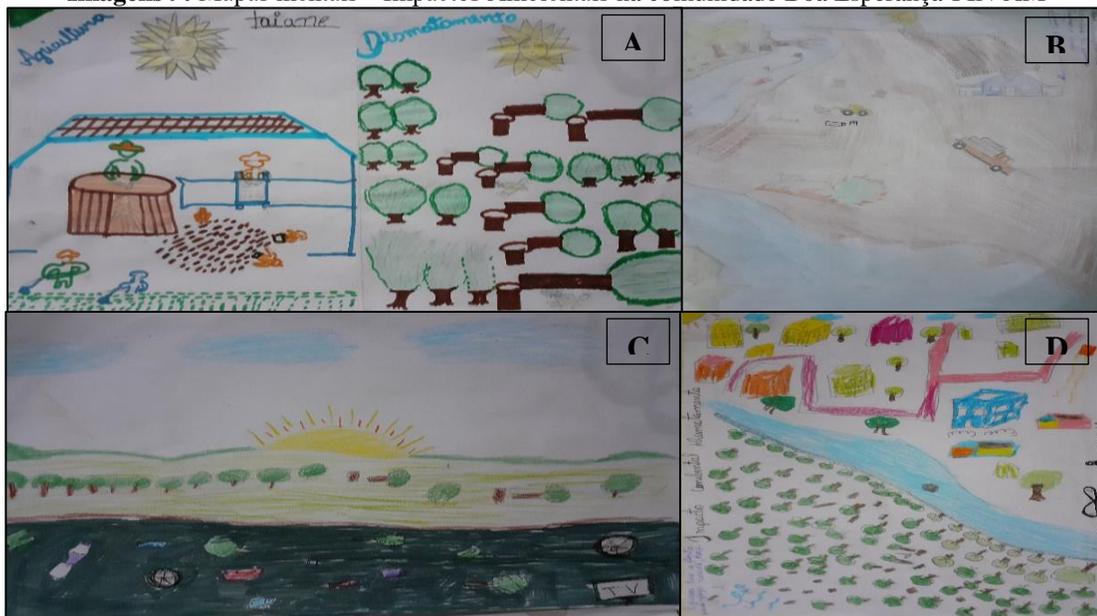
Diante a pesquisa de campo realizada na comunidade, buscou-se identificar como os discentes e comunitários se percebem neste processo de formação social, neste sentido, realizou-se uma roda de conversa com os alunos de 6º a 9º do ensino fundamental, com a temática: A

Importância do Meio Ambiente, para a vida não só em comunidade, mas em uma visão global, e essa globalização como suscitada por eles durante a roda de conversa, nos mostra que os problemas comuns de cidades médias e grandes, estão cada vez mais presentes na realidade das comunidades rurais da Amazônia.

Diante a roda de conversa, os alunos disseram que a educação ambiental é importante, pois para eles, está intimamente ligada as suas vidas, e é justamente essa visão que se contrapõe as ações desempenhadas por muitos dos familiares dos discentes, visto que muitos dos alunos aprendem na escola por meio de aulas e trabalhos, principalmente nas aulas de geografia, sobre os impactos ambientais no meio ambiente, neste sentido a importância do ensino de geografia ultrapassa a sala de aula, e se perfaz no seu caráter prático, em um conhecimento para vida.

Na roda de conversa os discentes dialogaram quanto aos impactos ambientais mais perceptíveis na comunidade, diante seus conhecimentos, dessa maneira, produziram mapas mentais, de como percebem a degradação do meio ambiente, e por meio do desenho, explicitaram as necessidades básicas para conscientização não apenas de si, mas do outro, os desenhos retratam, a realidade percebida, na visão de seus sujeitos, **imagens 9**.

Imagens 9: Mapas mentais “ Impactos Ambientais na comunidade Boa Esperança-PIN-AM



Fonte: Julianne L. Silva. Pesquisa de Campo (2019)

As imagens acima retratam as percepções de quatro discentes, os quais foram nomeados de **A**, **B**, **C** e **D**. Quanto ao significado dos mapas mentais, podem-se perceber as relações locais e globais que os discentes abordam em relação ao meio ambiente.

O discente **A**, falou que na comunidade, assim como em áreas adjacentes o desmatamento vem acontecendo de forma extensiva, muitos madeireiros retiram madeira ilegal, e a partir daí, o solo perde a cobertura vegetal, o desmatamento que acontece próximo aos rios, provoca a lixiviação do solo, aos poucos os húmus que dantes fazia a nutrição do solo e de animais vai parar no lençol freático, justamente pelo movimento descendente da água na superfície, percolando também pelo horizonte do solo, e o que antes fora terra boa para plantar, se desgasta, e o plantio, que é importante para a família de **A**, não seria possível. Para **A** a agricultura e no caso a produção de farinha, é o principal meio de sustento de sua família, por isso todos trabalham desde cedo para aproveitar ao máximo o dia.

O aluno **B**, faz uma crítica aos donos de fazendas, que pelo fato de terem dinheiro fazem o que bem querem, e as autoridades nada fazem. Segundo **B**, os donos de fazenda levam desde tratores a caminhões para a retirada de madeira, e um dos problemas é no momento da queda das grandes árvores, pois destroem as árvores em crescimento, assim para **B**, a floresta corre sério risco de desaparecer, e com o desmatamento, não são apenas as árvores e o solo que são agredidos, a fauna também corre perigo, muitos animais morrem, ou são caçados pelos capatazes das fazendas. Outro ponto suscitado por **B** é a questão da poluição do rio por troncos descartados e mal cortados que são despejados ao longo do dos rios e lagos, esquecendo-se que esses troncos soltos, são um perigo as embarcações, além da fumaça que incomoda a comunidade, quando se fazem a queima, **B** fala com pesar, quando lembra que muitas vezes já presenciou a queimada de grandes terrenos, ressalta que sempre fala para a sua família, quanto a importância da preservação, principalmente o que aprende na escola.

O discente **C** comentou que um dos grandes problemas que vê não só na sua comunidade, mas quando vai a cidade (Parintins-sede municipal), é a poluição dos rios, tudo é jogado nos rios, quando vai para a cidade o aluno comentou que vê de um tudo no rio, garrafa pet, roupa, principalmente sacolas e plásticos, citou com ironia, que até mesmo já viu uma televisão flutuando. Algo que se percebe que modificou e muito a comunidade foram as aberturas das estradas, tudo fica tão pequeno e próximo diante os quilômetros adentro da mata.

O aluno **D** fala da transformação que vem acontecendo nos últimos anos na comunidade, pois antes as casas eram apenas de madeira, agora, para ele é uma surpresa a chegada de materiais de construção, pois vem de longe, e isso é importante para as famílias, mas o que desaponta a população da comunidade é a falta de um posto de saúde, segundo **D**, na comunidade tem um agente de saúde, mas conseguir consulta com médicos na cidade não é fácil, para **D**, no ano de 2020, irão aparecer diversos candidatos, mas são raros aqueles que realmente querem ajudar a comunidade. Um dos problemas apontados é a falta de uma escola voltada para o ensino médio na comunidade, e ir para a cidade fica complicado para muitos deles, visto que os mesmos não tem parentes que possam recebê-los e mesmo tem a questão dos gastos.

Diante a roda de conversa e a análise dos mapas mentais, foi possível perceber que os sujeitos da colônia Boa Esperança são indivíduos simples, que tiram da agricultura, pesca, ou aposentadoria seu meio principal de renda, e esta relação está presente nos mapas mentais da realidade vivenciada pelos discentes, **Imagens 10**.

Imagens 10: Mapas mentais “A agricultura e a Pesca na comunidade Boa Esperança-PIN-AM”



Fonte: Julianne L. Silva. Pesquisa de Campo (2019)

A agricultura e a pesca no Zé Açú teve grande importância, justamente pela relação de dependência do comunitário com o rio e a floresta, Segundo Silva (2015, p. 96),

A pesca e a agricultura como elementos de afirmação e manutenção cultural no Zé Açú. No Amazonas temos mudanças e permanências nas comunidades ribeirinhas, que possuem modos de vida particular. Fauna e flora estão diretamente ligadas à vida dos ribeirinhos, que vivem à margem de rios, lagos e igarapés, onde criam sua identidade individual e coletiva. Nesses lugares, a relação homem-natureza está presente de forma mais intensa, pois os mesmos mantêm atividades cotidianas com água, terra e floresta. Para compreender e analisar as transformações ocorridas no modo de vida e economia

do Zé Açú, especificamente como essas mudanças afetam seu cotidiano, é importante apresentarmos as características do trabalho na agricultura nas áreas rurais, suas dificuldades na plantação, colheita, transporte e comercialização de seus produtos. (SILVA, 2015, p. 96)

Diante o mapa mental fica claro que a pesca ainda é uma alternativa, porém é incipiente, devido à comunidade ter ligação com águas pretas, segundo (Goulding et al. 2003), os rios de águas escuras são pobres em nutrientes, desse modo há poucos peixes, e pelo relato dos alunos, a pesca está cada vez mais difícil. A agricultura vem perdendo espaço, diante as transformações sociais, a globalização e o acesso à informação e a educação, muitos comunitários e principalmente os jovens estão em busca de novos horizontes, são poucos os discentes entrevistados que se percebem no campo, na lida da roça, ou trabalhando na pesca, em sua maioria na roda de conversa, dizem que pretendem estudar e conseguir um trabalho na cidade e levar a família consigo.

A lida na agricultura local da comunidade se destaca na produção de banana e farinha, porém, sem outra atividade de destaque, o fato de estar próxima de comércios, influência de certa forma muitas famílias a não plantar.

Segundo Bartoli (2017), as comunidades amazônicas vêm se configurando como urbano-ribeirinho, ou seja, por mais que as comunidades estejam distantes dos grandes ou médios centros urbanos, os hábitos destas populações são extremamente urbanos, isso se verifica na alimentação, pois na casa dos comunitários e ribeirinhos, se encontra salsicha, calabresa, enlatados, produtos de limpeza, e alimentos que há algumas décadas atrás dificilmente se tinha acesso, a partir do acesso por embarcações, os regatões, foram importantes meios dessa pelos quais, o ribeirinho/comunitário teve acesso aos mais diferenciados produtos citadinos.

Na atualidade, as comunidades, tanto as ribeirinhas, ligadas diretamente a sua relação com a água, bem como aquelas comunidades mais adentro do território amazônico, usufruem da comodidade da industrialização, agora é preciso repensar até que ponto isso beneficia ou prejudica na saúde, no modo de produção, na agricultura e pesca, visto que em muitos casos, os alimentos naturais, retirados da natureza servem como moeda de troca, pelos produtos industrializados, em uma valoração desigual onde o mais simplório ainda sai perdendo na sua ação de refletir uma realidade muitas vezes não percebida, pelo fato de ainda não compreender que aqueles que os exploram, o fazem sabendo da sua condição modesta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Boa Esperança do Zé Açú não parou no tempo, está se reconfigurando em meio ao espaço natural, onde as transformações ocorrem diante a relação antrópica, no uso dos recursos naturais, a visão bucólica das comunidades rurais e ribeirinhas vem dando lugar a modernidade, a energia elétrica, a comunicação tecnológica, a reprodução de hábitos puramente citadinos, desde a alimentação, ao falar e aos impulsos consumistas.

As diferenças na paisagem começam pelas moradias, dantes uma comunidade de residências em madeira, hoje de alvenaria, da vela a luz elétrica, o liquidificador, a geladeira e a televisão, elevou o status do interiorano, o comércio trouxe o arroz, feijão, açúcar, e os embutidos, salsicha, calabresa, e até mesmo o ovo, se compra em mercearias, pequenos estabelecimentos que vende de tudo, e nesse de tudo, um preço alto, que transforma muitas das vezes o produto regional em moeda de troca, troca-se a farinha por óleo, café, sal, e a comodidade do acesso rápido.

O diferencial para o desenvolvimento social da comunidade é pela educação, mas a educação não pode ser de qualquer forma, é preciso qualificar, e neste sentido, diante as lutas dos comunitários, a escola foi instalada na comunidade e com ela novos rumos, as transformações se tornaram mais evidentes, e com ela a socialização do conhecimento, e neste viés, a geografia como disciplina crítica e reflexiva da realidade, instigante do pensar, busca construir nos sujeitos da comunidade Boa Esperança uma consciência não apenas pedagógica geográfica, mas uma geograficidade que vai além, transformando os sujeitos em cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e para tal, com o suporte da Educação Ambiental como reflexão do todo, onde a interdisciplinaridade, constrói nos sujeitos uma identidade, um ponto norteador, onde, atitudes que mudem sujeitos, e situações são integradas.

O objetivo deste trabalho foi analisar se o Ensino de Geografia esta articulado com a educação ambiental em seu sentido mais amplo, desenvolvendo novas práticas sociais na comunidade Boa Esperança, e diante as visitas à localidade, por meio de entrevistas, conversas, exposições dialogadas, questionários, e a observação participante se percebeu que a Escola ainda precisa desenvolver práticas que de fato, concretizem uma consciência não apenas dos seus sujeitos, mas de mundo. As ações desenvolvidas durante a pesquisa de campo, como uma roda de conversa sobre o que é meio ambiente, e sua conceituação na atualidade, surtiram efeito positivo

nos discentes, é preciso que hoje se busque compreender o que é a educação ambiental, e como os professores podem aliar os conteúdos e práticas na sua práxis docente, infelizmente as escolas nas comunidades rurais, não diferem dos educandários da cidade, a educação ambiental e seu papel na formação cidadã, ainda é vista como uma especificidade da geografia, é esta visão reducionista que deve ser combatida, para que o papel do educador possa de fato gerar frutos.

A partir das atividades desenvolvidas com os alunos da Escola Municipal São José, o que se pode perceber no terceiro momento de pesquisa em campo, é que os conceitos, esse novo olhar do que é educação ambiental aliado ao ensino de geografia, levou os alunos a repensarem as suas atitudes e de suas famílias e diante a atividade do mapa mental, socializaram pensamentos muito além da visão natural e de proteção à natureza, de fato compreenderam a importância de pensar e refletir a realidade de hoje para um amanhã menos desigual.

Constatou-se que a comunidade não possui descarte correto para resíduos sólidos o que leva a pequenos focos de lixeiras viciadas, em sua maioria o descarte é feito por uma ação proibida por lei, a queima, mas como essa é uma prática regular e realizada há muitos anos nas áreas rurais, dificilmente se consegue coibir tal prática, mesmo que prejudique na saúde, principalmente de idosos e crianças, assim como a conhecida coivara, que é a queima de um terreno para a preparação do solo para a plantação, este tipo de queimada para os comunitários é cultural e é fato que certos hábitos são difíceis de serem mudados.

Em relação à importância da pesca e agricultura, constatou-se que a agricultura tem uma relevância maior entre os entrevistados, visto que é o meio principal de economia da comunidade Boa Esperança, sendo que o destaque produtivo fica por conta da banana e da fabricação da farinha. A pesca é praticada principalmente para o consumo familiar. Já a pesca com intuito econômico é feita longe da comunidade, posto que diante a pesquisa de campo, se percebeu que muitos reclamam da escassez do peixe, não sendo essa falta ocasionada apenas pela acidez da água, mas pela pesca predatória em muitas localidades que resultou em uma diminuição no quantitativo de peixes naquela localidade. O ensino de geografia relaciona-se com a pesca, no respeito ao período do defeso, na pesca sem arrastão, são ações de conscientização pelo qual a geografia tem mérito na comunidade, como bem falado por um dos comunitários, “se eu não conheço o peixe, como vou pescar, e o mais importante como eu vou fazer ele se multiplicar, pois a fome não dói só uma vez”.

As relações entre comunidade e meio ambiente se entrelaçam, está na dinâmica do dia-a-dia, no plantar, no colher, no passeio na beira do rio, nas andanças pelas estradas, é um bicho visto aqui, fugir de uma cobra alí, é apanhar uma fruta do pé, é o som dos curumins e cunhantãs correndo pelo terreiro, é a prosa no fim da tarde, com aquele cheiro de café fresquinho, que fica na memória.

REFERÊNCIAS

- BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana. Mercator, vol.17. Fortaleza 2018, Epub. 17 de dezembro de 2018.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Batista: Porto Editora,1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BRASIL. Decreto de -lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Dispõe sobre **Políticas Nacional de Resíduos Sólidos**. princípios, objetivos e instrumentos, São Paulo, Legislação Federal.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010a) Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº.**
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **A geografia na sala de aula**. 8. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e prática de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed.- São Paulo: cortez, 2006.
- DIAS, Genebaldo Freire. Histórico da Educação Ambiental. *In*. DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- FAIRTEIN, Gabriela; Gysseis, Silvana. **Como se ensina?**São Paulo: Loyola, 2005.
- FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. / L. A. M. F. 4. Ed. Manaus: Editora Valer, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Rejane Teresinha Dahmer. Os recursos didáticos e a mediação entre o aluno e o conhecimento nas aulas de geografia. *In*: **Anais...** Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, 7º, 2003, UFES. Vitória, 14 a 18 de setembro. p. 268-274. (CD ROM)

GOULDING, Michael; BARTHEM, Ronaldo; FERREIRA, Efrem Jorge Gondim. *The Smithsonian : Atlas of the Amazon*. Washington:Smithsonian Books, 2003.256p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, Celi E. O Ensino da Estatística e da Probabilidade na Educação Básica e a Formação dos Professores. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 28, n.74, p. 57-73, jan./abr. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 de dezembro de 2019p.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Fundamentos da Educação Ambiental: retomando o debate. *In*. LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajectoria e fundamentos da Educação Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARINTINS, Decreto de lei municipal nº 375/2006. **Plano Diretor do Município de Parintins**. estabelece sobre diretrizes gerais da política urbana e rural do município. Parintins Legislação Municipal.

PASSINI, Elza Yasuko, PASSINI, Romão, MALYSZ, Sandra T. (organizadores) **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. – São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. GHEDIN, Evandro (org). Professor **reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Alem Silva Marinho dos. **Segurança Alimentar no Ritmo das Águas: Mudança na produção e consumo de alimentos e seus impactos ecológicos em Parintins-AM**. Brasília 2012.

SANTOS, Euzimar Gregório; OLIVEIRA, Fernando Garcia. **Resíduos sólidos no meio rural: o caso do assentamento queimadas no município de Remígio/PB**. I Congresso Paraibano de gestão do lixo. 2009.

SANTOS, Maria Cristina dos. **Lixo: curiosidades e conceitos**. Manaus. UFAM, 2002

SANTOS, Marinho. Silvia. Alem: **Alimentação urbana e a pegada ecológica do consumo de carne bovina na cidade de Parintins**. V.7, N14, *Revista Acta Geográfica*, 2013, 45-53p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez 2007.

SILVA & MELO. **Entre a Teoria e a Prática: o Ensino de Geografia nas Escolas**. *In: Anais ...VI ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA: Fala Professor – Concepções e fazeres da Geografia na Educação: Diversidades em perspectivas*. Realizado em 23 a 27 de Julho de 2007. Uberlândia/ MG.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. - **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia No município de Parintins:** múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. Manaus: UFAM, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do Zé Açú. Orientadora: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)- Universidade Federal do Amazonas, 2015. 296f.

SILVA, R. A et al. **A gestão dos resíduos sólidos no meio rural:** o estudo de um assentamento da região nordeste do Brasil. *Gestão e sociedade · Belo Horizonte · vol. 8, Nº. 20, ISSN 1980-5756*, p. 593-613, maio/ago. 2014. Disponível em: <www.gestoesociedade.org>. Acesso em: 10/10/2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In: Francisco Mendonça; Salete Kozel (orgs) **Elementos de Epistemologia da Geografia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

VALENTE, Silza M. P., VITALIANO, Célia R. **A formação de professores reflexivos como condição necessária para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** In: *Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais*. p. 43 – 48. Londrina: EDUCEL, 2010.

ANEXO A**Exercício**

1) O que é agricultura para você?

2) Sua comunidade conseguiria sobreviver sem a agricultura?

3) Quem produz a comida que você e sua família comem?

4) O que é impacto ambiental?

5) Você acha que a agricultura agride o meio ambiente? Quais outros impactos ambientais você vê na sua comunidade?

6) Faça um desenho de um impacto ambiental aqui da sua comunidade.

ANEXO B

Questionário: Educação e Ensino de Geografia na Comunidade Boa Esperança do Zé Açú	
Escola Municipal São José	
1	Sexo: Feminino () Masculino ()
2	Idade: ()
3	Escolarização: 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano ()
4	Qual a atividade desempenhada pelo chefe familiar? () Pesca () Agricultura () Aposentado () outros
5	Tem Algum conhecimento de Educação Ambiental? Sim () Um pouco () Não () Não sabe responder ()
6	Há palestras ou atividades que abordem a temática de Educação Ambiental na escola? Sim () Às vezes () Não () Não sabe responder ()
7	Algum órgão promove alguma atividade referente ao meio ambiente na comunidade? Sim () Às vezes () Não () Não sabe responder ()
8	Você desempenha alguma atividade de pesca? Sim () Às vezes () Não () Raramente ()
9	Você desempenha alguma atividade agrícola? Sim () Às vezes () Não () Raramente ()
10	Você pretende atuar em alguma dessas atividades? () Pesca () Pretende estudar e sair da Comunidade () Agricultura () Não sei o que vou fazer
11	Qual a importância do meio ambiente em sua comunidade?
12	Como você vê o ensino de Geografia na sua escola.